

ÉTICA em MOVIMENTO

**Curso de Capacitação para
Agentes Multiplicadores/as**

módulo

ÉTICA E HISTÓRIA

Maria Lucia S. Barroco

5ª edição
Brasília (DF), 2017



Versão E-book
2022

ELABORAÇÃO DO MÓDULO

Maria Lucia S. Barroco

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO DE CONTEÚDO

Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS (Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada)

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz

(coordenação)

Daniela Neves

Josiane Soares Santos

Maurílio Castro de Matos

Adriane Tomazelli (assessora especial)

REVISÃO *Assessoria de Comunicação CFESS*

Diogo Adjuto e Rafael Werkema

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, CAPA E

ILUSTRAÇÕES Rafael Werkema

BRASÍLIA (DF), 2017

ISBN: 978-85-99447-27-7

VERSÃO E-BOOK (DIGITAL): 2022

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)

COMPOSIÇÃO

Presidente

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Vice-presidente

Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª Secretária

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª Secretária

Daniela Castilho (PA)

1ª Tesoureira

Sandra Teixeira (DF)

2ª Tesoureira

Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

Conselho Fiscal

Juliana Iglesias Melim (ES)

Daniela Neves (DF)

Valéria Coelho (AL)

Suplentes

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Josiane Soares Santos (SE)

Erlenia Sobral do Vale (CE)

Marlene Merisse (SP)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

Solange da Silva Moreira (RJ)

Gestão Brasil Mostra Tua Cara (1999-2002)*

* Responsável pela 1ª edição

Presidente: Elaine Rosseti Behring (RJ), **Vice-presidente:** Léa Lúcia Cecílio Braga (MG); **1ª Secretária:** Cláudia L'Amour da Silva Pereira (PE); **2ª Secretária:** Assunção de Maria Ribeiro Fialho (DF); **1ª Tesoureira:** Zenite da Graça Boguea Freitas (DF); **2ª Tesoureira:** Verônica Pereira Gomes (PB).

Coordenação regional: Eutália Guimarães Gazzoli, Maria Elizabeth Santana Borges, Carla Rosane Bressan, Neimy Batista da Silva, Maria Augusta da Costa Prola.

Conselho fiscal: Maryluce dos Santos Gomes (Coordenadora), Ieda Maria Nobre Castro, Marcia Izabel Godoy Marks, Maria Lúcia Silva Barroco, Eugênia Célia Raizer.

Suplentes: Francisco Donizetti Ventura, Maria de Lourdes Fereira Diniz, Reinaldo Nobre Pontes, Maria Aparecida Assunção Ribeiro, Kênia Augusta Figueiredo, Sandra Beatriz Moraes da Silveira, Zita Alves Vilar, Maria do Socorro Pereira Pinto, Deborah Andréa Monteiro Leal, Liliâne Capilé Charbel Novaes, Etelvina Sant'Anna de Oliveira, Valéria Moreira do Forte, Marylúcia Mesquita, Ana Virgínia Araújo, Maria Elizabeth Maia da Rocha Paranhos, Elen Maria Madeira Nogueira.

Organização da 1ª edição, em 2000: Carla Rosane Bressan, Elaine Rosseti Behring, Ieda Maria Nobre Castro, Marylúcia Mesquita, Maria Lucia Barroco (coordenação).

SUMÁRIO



Clique sobre os
títulos para avançar à
pagina desejada

Apresentação	4
Nota da autora	6
INTRODUÇÃO	
O reencontro	9
PRIMEIRA AULA	
Para chegar às raízes da ética é preciso...	
Texto básico 1: Julieta e o pensamento positivo	13
Texto básico 2: A construção histórica das mediações éticas	15
Exercícios para reflexão	19
Entre aspas	20
Para assistir	22
Diálogos	24
SEGUNDA AULA	
Mediações morais e vida cotidiana	
Texto básico 1: Moral e história	27
Texto básico 2: Cotidiano, moral e ideologia	30
Texto complementar 1: Conservadorismo moral	32
Texto complementar 2: O pecado	34
Exercícios para reflexão	35
Para assistir	36
TERCEIRA AULA	
Questão social, neoconservadorismo e irracionalismo	
Diálogos	39
Texto básico 1: Crise do capital e moralização da questão social	40
Texto complementar: O cotidiano de Joana	43
Entre aspas	46
Exercícios para reflexão	48
Para assistir	51
QUARTA AULA	
Ética, política e a medida das emancipações	
Diálogos	53
Texto básico 1: Práxis e emancipações	55
Texto complementar 1: A ética socialista: trabalho e responsabilidade coletiva	57
Texto complementar 2: Por uma moral revolucionária	60
Entre aspas	61
Para assistir	63
Canta, canta	64
A despedida	65
REFERÊNCIAS	67



APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO

O projeto “Ética em Movimento” é estratégico do Conjunto CFESS-CRESS. Entre suas finalidades tem permitido defender a qualidade dos serviços prestados por assistentes sociais e valorizar o trabalho profissional, sob uma direção ética que deve ultrapassar o aspecto legal de cumprimento de direitos e deveres e se reger sobre os princípios éticos do serviço social, orientando nessa perspectiva social e política, a atividade profissional. E, com vistas a reproduzir o movimento da ética na realidade, tornando-a visível para a categoria e para a sociedade, destaca-se a realização do Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as. Lançado pela Gestão “Brasil, mostra tua cara” (CFESS-1999-2002) no ano 2000, a revisão do curso se fez necessária, decorridos 15 anos.

Assim, a Gestão “Tecendo na luta a manhã desejada”, apresenta os quatro livros formativos revisados, correspondentes aos módulos do curso presencial: 1. Ética e História; 2. Ética e Trabalho Profissional; 3. Ética e Direitos Humanos e 4. Ética e Instrumentos Processuais.

A iniciativa deste curso é muito importante pela possibilidade de reunir representantes de todos os conselhos regionais para refletir e debater a partir da ética, um conjunto de temáticas tão fundamentais à formação e ao exercício profissional, ação que se desdobra no compromisso de sua multiplicação no âmbito dos estados. Nesta perspectiva, a cada ano, o CFESS coordena o curso em nível nacional e cada CRESS, por meio de um/a assistente social, na condição de sujeito multiplicador, é responsável pela realização do curso em nível local.

A sua importância está também na qualificação da atuação cotidiana dos conselhos, haja vista sua responsabilidade na exigência da fiscalização da profissão, de acordo com os princípios e valores contemplados no Código de Ética do/a Assistente Social, na Lei de Regulamentação

da Profissão, na defesa do projeto ético político, inscrito na direção social consolidada pelas entidades da categoria profissional, CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Não há dúvidas que a existência e continuidade do Projeto “Ética em Movimento” se relaciona diretamente com o processo histórico de amadurecimento da reflexão ética no serviço social e a necessidade permanente de socializá-la com a categoria profissional.

Essa necessidade cresce ante um cotidiano de grandes mudanças, tanto de ordem material quanto ideológica, resultado das forças econômicas, políticas e culturais do capitalismo contemporâneo que, na sua configuração das últimas décadas, tem acentuado uma lógica destrutiva, tensionando o modo de vida, valores e aspirações dos diferentes grupos sociais. O resultado disso é a afirmação de inúmeros (des)valores como o individualismo que afetam a materialidade e a subjetividade das classes sociais e, portanto, a modalidade de vida na coletividade.

Nesse contexto de barbárie a atualidade do Projeto “Ética em Movimento” é reafirmada por meio da nova edição de seu material didático que atualiza sua radicalidade crítica como uma estratégia ético-política de resistência e luta pelos direitos humanos e sua força propulsora, tendo em vista o horizonte de uma outra sociabilidade.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)



NOTA DA AUTORA

Passados quinze anos da inauguração do Projeto Ética em Movimento, com o primeiro Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as, colocou-se a necessidade de revisão dos livros utilizados no curso. Este livro, agora denominado Ética e História, apresenta o conteúdo do primeiro módulo do curso, sendo responsável pela explicitação da fundamentação teórico-metodológica da ética, na perspectiva que orienta o Código de Ética do/a Assistente Social.

As mudanças operadas neste livro, em relação ao anterior, são de forma e de atualização dos conteúdos teóricos e históricos. Minha experiência de quinze anos como professora do módulo 1 conduziu-me a questionar o aproveitamento efetivo do livro no processo de multiplicação. Seu uso, durante as aulas, apontou para uma defasagem entre o conteúdo por mim utilizado na exposição e o conteúdo do livro. Essa defasagem foi se alargando gradativamente, em face das questões que, como o passar dos anos, foram emergindo na realidade brasileira e na profissão. Além disso, essa vivência proporcionou a apreensão de várias dificuldades de compreensão teórica, por parte dos/as alunos/as. Somando-se a isso, também surgiram problemas relativos à multiplicação do primeiro módulo, que pela sua natureza de reflexão ontológica, demanda um nível de conhecimento que não é alcançado no curto espaço de tempo de 16h, nem pode ser exigido dos/as agentes multiplicadores/as.

Este livro é produto do enfrentamento destes desafios. Busquei formas mais criativas de elaboração e apresentação dos conteúdos, visando a uma compreensão mais leve e acessível e à sua utilização no processo de multiplicação pelos/as alunos/as do curso de capacitação, sem a necessidade de recorrer a especialistas. Para isso, organizei a totalidade do conteúdo, dividindo-o em quatro aulas, para serem dadas em dois dias. Penso que, dessa forma, o livro pode constituir, de fato, o material das aulas; como roteiro para aula expositiva e material de leitura em sala

de aula. Cada aula foi planejada com textos básicos (conteúdo da aula expositiva); com diálogos (que explicam o caminho percorrido e esclarecem dúvidas); com textos complementares, exercícios, aproximações do tema tratado com a filosofia, a música, a poesia; com comentários de grandes protagonistas da história e dicas de cinema, indicando filmes adequados a cada aula. Os textos são de fundamentação teórica, mas também contam com o formato de crônicas, que abordam situações da vida cotidiana. Foram introduzidas questões que não constavam do livro anterior, especialmente o neoconservadorismo, o irracionalismo e a moralização das expressões da questão social na conjuntura atual, aproximando a reflexão do Serviço Social.

Esperamos que esse livro favoreça o processo de multiplicação e contribua para o enfrentamento das condições adversas hoje postas à profissão e aos sujeitos históricos que defendem a emancipação humana.





AMORA!!!

DANUBIO!
QUE BOM
TE VER!

INTRODUÇÃO



Clique para
voltar ao
Sumário

O REENCONTRO

DIÁLOGO

Danúbio: Que bom te reencontrar, Amora! Quando fui chamado para organizar o módulo de ética, não fui informado que iríamos trabalhar juntos.

Amora: Então você não sabe?! Vou estrear como professora do primeiro módulo!

Danúbio Que notícia boa! Como está encarando esse desafio?

Amora: Confesso que estou insegura.

Danúbio: Sem motivo. Você vem acompanhando o curso desde a sua criação...

Amora: É verdade. Particpei como aluna e como conselheira do CFESS. Mas, como professora, é a primeira vez.

Danúbio: Mas você já é professora, esqueceu? Vamos ao trabalho para enfrentar essa ansiedade. No contato com o CFESS, entendi que devemos organizar os conteúdos para uma nova edição do livro de ética.

Amora: Sim. Os livros foram escritos em 2000, na inauguração do projeto Ética em Movimento. Nestes quinze anos, surgiram muitas questões...

Danúbio: Em primeiro lugar, é preciso saber qual é o conteúdo necessário para esse módulo; em segundo, qual é a melhor forma de apresentá-lo; em terceiro, qual é o tempo de duração do módulo.

Amora: Penso que o livro deve ser um instrumento efetivo para a multiplicação, não pode ser um complemento, mas um guia utilizado para leitura e discussão nas aulas. O primeiro módulo é ministrado em 16h, ou seja, em dois dias, e a forma de apresentação deve facilitar a multiplicação.

Danúbio: Tarefa difícil. Pelo que sei, a matriz do curso, dado pelo CFESS, conta com professores/as especialistas, o que não ocorre necessariamente na multiplicação. Por isso, o conteúdo teórico deve ser acessível sem perder a densidade. O que mais?

Amora: É preciso garantir a direção social do curso.

Danúbio: Explique melhor.

Amora: A multiplicação visa à ampliação da consciência crítica, para a materialização do Código de Ética. Isso supõe uma abordagem histórica e crítica da realidade, o que não é obtido se o curso for ministrado com referenciais abstratos, idealistas.

Danúbio: Pelo que você diz, o idealismo é uma das questões emergentes.

Amora: De várias formas. Mas não se trata de uma questão nova, assim como o conservadorismo.

Danúbio: Nosso objeto central é a ética. Tomando por medida que ela deve ser tratada em dois dias, o que é imprescindível para a sua compreensão?

Amora: Não podemos deixar de abordar seus fundamentos históricos, o que remete para a origem dos componentes que possibilitam a criação de mediações éticas e morais: o trabalho e o desenvolvimento das capacidades humanas essenciais, a criação de valores e de alternativas. A vida cotidiana é indispensável, assim como a ideologia e a alienação. Penso que não dá para deixar de lado a ideologia neoliberal, a conservadora e a pós-moderna, em sua relação com a conjuntura atual ... Ai! É muita coisa!

Danúbio: É mesmo, mas tudo isso é fundamental. Tenho uma proposta: que tal organizarmos o livro em forma de aulas? Penso que facilitaria a multiplicação.

Amora: Que ideia boa, Danúbio! O multiplicador teria as aulas prontas e organizadas em sequência, explicitando o desenvolvimento de uma argumentação que tem começo, meio e fim...

Danúbio: E um eixo que liga uma aula à outra.

Amora: Qual seria esse eixo?

Danúbio: Partindo do pressuposto de que nossa análise será orientada pela ontologia social de Marx e que nosso objeto é a ética, o enfrentamento dos impedimentos e limitações à objetivação da capacidade ético-moral do ser social deve ser o eixo do livro.

Amora: Perfeito! Esse enfrentamento inclui as ideias?

Danúbio: As práticas e as ideias. Começamos pelas ideias, pois é importante desvelar logo no início do curso as formas de pensar que limitam a compreensão dos seus fundamentos. Por isso, quero saber sobre as questões emergentes do Serviço Social.

Amora: São visões que aparecem na sala de aula, mas também em outros espaços profissionais e na sociedade em geral. Por exemplo: a ideia de que os valores são ideais abstratos ou absolutos, de que não podem se realizar objetivamente...

Danúbio: Sei do que você está falando. No início do curso de filosofia, costumo pedir aos/às alunos/as para identificarem os valores presentes em seu cotidiano. É impressionante, ninguém se refere à liberdade! Quando aprofundo a discussão, constato que a liberdade é valorizada, mas que eles não conseguem apreendê-la objetivamente em seu cotidiano.

Amora: É a visão idealista.

Danúbio: Sim. A liberdade é vista como um ideal inalcançável e valor absoluto. Ou se realiza de forma absoluta ou não existe!

Amora: Muitas vezes o projeto ético-político profissional é reproduzido como um conceito abstrato. É como se a referência ao conceito já garantisse a sua realização prática.

Danúbio: Este é um exemplo evidente do processo de construção do pensamento idealista: a consideração de que as ideias e os conceitos determinam a realidade.

Amora: Que louco! Não é a prática, mas o conceito que viabilizaria o projeto ético-político!

Danúbio: Além disso, os diferentes sujeitos são identificados pelo discurso de compromisso com o projeto, mas a sua prática pode ocorrer em outras direções.

Amora: É muito sério!

Danúbio: O pensamento idealista é absorvido de forma desarticulada pelo senso comum e faz parte do pensamento dominante em nossa sociedade.

Amora: Você propõe fazer um texto teórico, apresentando os fundamentos do idealismo e do materialismo histórico?

Danúbio: Não. Esses fundamentos serão apresentados ao longo das discussões, que devem ser mais leves e criativas, dada a natureza de um curso de dois dias e levando em conta que sua multiplicação não é dada por especialistas.

Amora: Tarefa difícilíssima! Ser criativo sem perder a densidade...

Danúbio: A perspectiva de análise do curso facilita a compreensão: a história é muito concreta, refere-se aos homens reais em situações concretas.

Amora: Como organizaremos as aulas?

Danúbio: Pensei em quatro aulas, cada uma com textos básicos, em que estará desenvolvida a análise do tema de cada aula. Na multiplicação, esse texto serve para a preparação da aula ou para leitura durante a aula. Em seguida, poderíamos acrescentar textos complementares, exercícios, dicas cinema e de atividades pertinentes ao tema da aula. Além disso, poderíamos incluir nossas discussões na forma de diálogos, que acompanhariam cada aula, favorecendo o esclarecimento de dúvidas.

Amora: Isso se as dúvidas dos/as alunos/as forem iguais às minhas, certo? Estou brincando, está tudo perfeito. Adorei!

Danúbio: Então sugiro, para a primeira aula, a discussão do idealismo e a explicitação dos fundamentos da ética. Você faz o primeiro texto e eu o segundo, tudo bem?

Amora: Leve e criativa... Vou tentar.

PRIMEIRA AULA



Clique para
voltar ao
Sumário

PARA CHEGAR ÀS RAÍZES DA ÉTICA, É PRECISO...

TEXTO BÁSICO 1 - JULIETA E O PENSAMENTO POSITIVO

Julietta foi educada para ser feliz. Filha única de um casamento tardio, aprendeu desde cedo a controlar suas emoções e a preservar o espírito positivo diante de conflitos. O exemplo vinha de Júlia, sua mãe, que não alterava seu meio sorriso, nem mesmo com a morte repentina do marido, quando Julieta tinha doze anos. Sentia-se realizada por ter dedicado sua vida à família: “a felicidade é um estado de espírito”, dizia ela.

Com a morte do marido, Júlia viu-se duplamente responsável pelo futuro da filha, que, assim como ela, estava destinada ao casamento. Dedicou-se a garantir que a vida social de Julieta fosse uma extensão dos ensinamentos maternos, assegurando sua formação religiosa. Na escola católica, Julieta não rompeu com o ideal de felicidade incorporado da mãe, mas, estudando filosofia, pôde entender o fundamento desse ideal em Platão, seu filósofo preferido. Graças a ele, compreendeu que existia um mundo perfeito que podia ser acessado pelas ideias. Além disso, Platão lhe deu a certeza de que sua alma gêmea viria ao seu encontro; no momento certo, seu destino seria cumprido e, então, ela seria feliz.

Com pouca experiência afetiva, Julieta encantou-se por João, um jovem que frequentava a mesma igreja, pensava como ela, tinha os mesmos ideais e o mesmo projeto de formar uma família e ser feliz. “Foram feitos um para o outro”, dizia sua mãe, e Julieta lhe contou das metades que se buscavam eternamente. Júlia lhe convenceu a largar a faculdade e, no dia do casamento, a presenteou com o quadro que pertencia à sua avó: na pintura, um casal caminhava numa longa estrada em direção a uma luz brilhante que indicava o fim do caminho. “Coloque em cima da sua cama para se lembrar de que tudo sempre tem um final feliz”, disse ela, “o importante é manter o pensamento positivo; ele é capaz de mover montanhas”.

No primeiro ano de casada, Julieta sentiu que era quase feliz, não fosse o desconforto que sentia cada vez que se aproximava a hora de se deitar com João. Ele reagia à sua timidez, mostrando-se grosseiro e mal-humorado, e Julieta começou a duvidar que tivesse mesmo encontrado a sua metade. Logo, vieram outros dissabores: a morte da mãe e o desemprego do marido. Decidiu trabalhar em casa, aceitando costuras de uma rede de lojas femininas, alternadas com as tarefas caseiras. João a acusava de ser frígida e não ser capaz de lhe dar um filho. Onde estava a tal da felicidade? Concretamente, sua vida era miserável, mas sua crença de que tudo iria dar certo limitava sua capacidade de enfrentar a realidade, conduzindo-a à repetição dos comportamentos já conhecidos. Tornou-se escrava da rotina, dedicando-se obsessivamente às mesmas tarefas. Quando exausta, não conseguia dormir; assaltada pela angústia, recorria aos livros de autoajuda, que renovavam momentaneamente suas promessas de felicidade. E acordava com a esperança de que havia uma luz no fim do túnel.

Ao contrário do que pode parecer, Julieta não estava presa a um destino imutável. Sua visão de mundo, incorporada por meio de várias determinações, influenciava a sua apreensão da realidade, mas não determinava a realidade objetiva que se reproduzia independente dela e de forma contrária à sua apreensão. Se as ideias determinassem a realidade, Julieta teria encontrado a felicidade e o mundo seria harmônico, perfeito. Ao contrário, sua vida era carregada de contradições entre o que ela pensava e o que ocorria, concretamente.

Um conjunto de circunstâncias sociais envolveu a vida de Julieta, limitando a sua compreensão crítica da realidade e favorecendo a adoção de um modo de ser enraizado historicamente na sociedade. Julieta foi educada por uma família conservadora, que valorizava a função “natural” da mulher na preservação da família. A visão materna era reforçada pelas preferências religiosas e socioculturais do seu círculo de convivência, que, com diferentes argumentos, defendia a ordem natural do mundo, idealizando a felicidade absoluta. Julieta não vivia fora do mundo, mas o mundo a que ela tinha acesso compartilhava um ideário que moldou sua forma de ser durante boa parte de sua vida e restringiu suas escolhas, por ser dogmático e determinista.

A profissionalização e o trabalho, ainda que ocorram em condições de exploração, é o meio de libertação das formas de dependência e opressão de gênero que alimentam o casamento nos moldes tradicionais. Os limites postos a Julieta são determinados pela sua condição de gênero, de classe, pelo acesso às formas de educação e de cultura, que reforçaram a sua alienação. Influenciada por diferentes instâncias, adotou uma

visão de mundo idealista e determinista, planejando sua vida a partir de um ideal de perfeição e de felicidade absoluta e acreditando que isso dependeria da força de sua mente.

Mas tais ideias não foram inventadas pelas pessoas do seu mundo restrito. A visão de mundo que marcou o comportamento de Júlia originou-se do senso comum, mas também de determinada concepção filosófica. Julieta foi influenciada pelo idealismo que assimilou em seu encontro com Platão. Mas sua mãe, que não conhecia o idealismo filosófico, repetia desarticuladamente uma visão idealista reproduzida na vida cotidiana.

Muitas ideias do senso comum são originárias de teorias e filosofias. Tornam-se senso comum, porque passam a ser repetidas ideologicamente de forma fragmentada e isolada do conjunto de sua fundamentação. No caso do idealismo, trata-se de uma forma de pensar que é determinada pela dinâmica da sociedade fundada em inúmeras divisões: do trabalho, de classe, do conhecimento, favorecendo a separação entre teoria e prática, entre as ideias e o mundo concreto.

TEXTO BÁSICO 2 - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS MEDIAÇÕES ÉTICAS

Em nossa experiência cotidiana, podemos identificar várias situações que apelam para o nosso posicionamento diante da realidade, exigindo escolhas e decisões orientadas por valores. Reagimos diante de uma situação de injustiça, decidimos denunciá-la e nos responsabilizamos pela decisão assumida e por suas implicações. Ou então, apesar de não concordar, omitimos nossa opinião, por receio de assumir responsabilidades. Nestes casos, estamos materializando, de forma positiva ou negativa, nossas capacidades de discernir em face de valores, de escolher entre alternativas de valor, de agir para que essas alternativas se concretizem e de assumir ou não a responsabilidade pelas decisões. Ou seja, estamos nos objetivando como seres ético-morais.

Qual é a origem da capacidade de escolha? Essa e outras capacidades, como a do discernimento e a consciência, só pertencem ao ser humano; o comportamento animal não é racional nem se orienta por valores, que são historicamente construídos pelos homens, assim como a possibilidade de escolha decorre da criação de alternativas; produto da atividade humana. Assim, a construção da capacidade de agir como seres ético-morais está entrelaçada ao processo de auto-construção do ser humano. Em outras palavras, se queremos saber sobre os fundamentos da ética, é preciso descobrir o que funda a existência humana.

Dissemos que a dimensão ético-moral da vida social se caracteriza pela presença de escolhas e ações, em face de situações que envolvem juízos de valor. Essa dinâmica supõe a consciência, a responsabilidade, o discernimento, a racionalidade, a existência de alternativas e de referências valorativas socialmente construídas. Uma situação como essa não estava posta, por exemplo, ao homem primitivo, que ainda não desenvolvera as formas mais básicas de sociabilidade exigidas pelo trabalho, como a cooperação, a linguagem, a consciência.

No entanto, mesmo nesse estágio primário, é possível observar que a modificação da natureza pelo homem primitivo conduz a uma série de transformações que afetam os seus sentidos, criando novas necessidades e possibilidades de existência. É o que podemos constatar nas origens da descoberta do fogo, que envolveu um longo processo histórico, iniciado há quatro milhões de anos. Inicialmente, observando o fogo produzido pela natureza, o homem primitivo aprendeu a transportá-lo para as cavernas, propiciando o aquecimento, o afastamento de animais perigosos e a modificação do alimento. Muito depois, no período neolítico, o homem primitivo aprendeu a fazer o fogo pela fricção de gravetos ou pedras. O que aconteceu em todo esse processo?

Para produzir o fogo, foi preciso um prévio conhecimento da natureza, ou seja, o conhecimento que levou a distinguir a pedra e a madeira mais adequadas à finalidade projetada. Ao produzir algo que antes era realizado naturalmente, a natureza deixa de representar um mistério para o homem; tem início um longo e ininterrupto processo de domínio sobre a natureza. A descoberta do fogo cria novas mediações entre os primitivos: transforma os alimentos; afasta os animais perigosos; aquece no inverno. Cada mediação desencadeia novas alternativas e essas impulsionam novas necessidades. A caça pode ser cozida no fogo, criando a possibilidade de escolha: o alimento pode ser comida cru ou cozido. A transformação do alimento conduz a uma modificação dos sentidos: o paladar, o tato, o olfato. Uma fogueira pode proteger do perigo, pode resguardar o frio, pode aproximar os homens, pode desencadear rituais simbólicos, ou seja, responde a necessidades humanas, criando novas possibilidades.

Nesse momento, de forma embrionária, coloca-se a possibilidade de valoração dos objetos, em função da sua utilidade prática imediata para a sobrevivência: o fogo é valoroso (bom), porque aquece do frio e afasta do perigo (ruim, mau), etc. Mas será preciso um longo desenvolvimento histórico para que a valoração passe a se configurar como mediação que visa à relação social entre os homens, o que será desencadeado a partir do desenvolvimento do trabalho.

O trabalho implicou o desenvolvimento de formas sociais de cooperação e comunicação, como a linguagem, demandando certo nível de conhecimento da natureza e a projeção de finalidades. Esse processo supõe a participação consciente dos homens e a necessidade de escolhas durante o processo e em face do seu produto. Portanto, o trabalho exige e desenvolve certas capacidades humanas fundamentais à sua execução: só se realiza socialmente e supõe a capacidade de agir de forma consciente e livre.

O desenvolvimento do trabalho, ao longo da história, respondendo às necessidades de manutenção da existência social dos homens, cria novas possibilidades de objetivação da sociabilidade, da consciência, da liberdade e da universalidade, como a arte, a filosofia e a ética. Enquanto a arte e a filosofia se realizam como práxis específicas, a ética se reproduz como uma mediação de toda práxis. Como mediação da práxis, a ética exige a conexão consciente do indivíduo com a sua dimensão genérica, supõe a dedicação do indivíduo a uma só atividade, vivida “inteiramente” (Lukács, 2012) e dirigida à totalidade social.

O trabalho é a forma primária da práxis, é o seu modelo e a base de sustentação das demais formas de práxis desenvolvidas pelo ser social. A práxis, considerada como o conjunto das objetivações do ser social (Netto, 2015, p. 80), não tem condições objetivas de se materializar apenas na direção da emancipação do trabalho e das capacidades humanas essenciais nas formações sociais desenvolvidas até hoje, uma vez que, desde o surgimento da sociedade de classes e da divisão social do trabalho fundada na exploração do trabalho e na propriedade privada, instauram-se formas de desigualdade e de alienação que expressam a coexistência entre a produção da riqueza e da pobreza; entre processos de afirmação e de negação do trabalho e das conquistas humanas.

A ética se realiza como mediação da práxis, dirigida a uma intervenção humana que visa a transformar a realidade, seja a matéria ou as ideias. Mas ela não objetiva somente valores; as decisões e escolhas éticas necessitam do suporte de um conhecimento ético específico. Dadas as exigências universalizantes da práxis e da ética, isto é, de direcionarem-se à totalidade social e aos valores que expressam as capacidades humanas genéricas, o conhecimento ético supõe uma perspectiva ontológica que apreenda os valores e os dilemas éticos numa perspectiva universal. Quando a ética se realiza como saber histórico, radical e totalizante, pode se dirigir à crítica da moral cotidiana, ao desvelamento da alienação moral, aos fundamentos e ao significado ontológico dos valores, para a apreensão das possibilidades de objetivação concreta das exigências éticas humano-genéricas dirigidas à emancipação humana.

Nesse sentido, a reflexão ética pode se colocar no horizonte da liberdade, objetivando o enriquecimento do sujeito ético-moral, por meio de uma reflexão crítica, incentivando atitudes conscientes, voltadas a escolhas que ultrapassam o nível do “eu” singular, adquirindo uma amplitude coletiva: social, humana. Como crítica sistemática à alienação moral, a ética é crítica da vida cotidiana, em seus aspectos morais, isto é, à discriminação, ao preconceito, ao moralismo, ao individualismo, ao egoísmo moral, entendidos como formas de expressão das relações sociais fundadas na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente construída pelo gênero humano.

As formas de organização das sociedades limitam ou ampliam as potencialidades emancipadoras da práxis. A alienação, nascida com a sociedade de classes e a propriedade privada, instaura uma defasagem entre o desenvolvimento universal dessas potencialidades e sua apropriação pelos indivíduos sociais. No capitalismo, essa defasagem se transforma num abismo: as conquistas emancipatórias do gênero humano ou, nos termos de Marx, a riqueza humana produzida socialmente, não é apropriada pela totalidade dos indivíduos sociais.

Nessas condições, a práxis continua a se objetivar, mas de forma contraditória: como atividade prática positiva, de afirmação da vida e como atividade prática negativa, de alienação da vida (Netto, 2015, p 80).

Se a ética se objetiva como mediação de valor da práxis, sua reprodução também ocorre nesta contradição; pode mediar uma práxis positiva, afirmando valores emancipatórios, e pode mediar uma práxis negativa, negando tais valores.



1. A partir da discussão do mito a seguir, identificar a presença de visões idealistas na vida cotidiana.

Segundo o Mito dos Andrógenos, de Platão (1979), na origem do mundo os seres eram de três tipos: andros (entidade masculino); gynos (entidade feminina) e androgynos (entidade metade feminina e metade masculina). Cada ser tinha oito membros e duas cabeças. Os androgynos eram redondos, como seus pais (o sol e a lua); eram unidos pelas costas e cada cabeça olhava numa direção. Eles podiam andar eretos, mas também podiam rolar sobre oito braços e pernas alcançando grande velocidade. Por isso eram poderosos e ambiciosos a ponto de escalar o Monte Olimpo para desafiar os Deuses e destronar Zeus. Como castigo pela sua ousadia, Zeus decide cortá-los ao meio, diminuindo a sua força. E fez isso com todos os seres, virando as suas cabeças para que eles lembrassem eternamente da amputação. Andros deu origem aos homens homossexuais, gynos, às lésbicas e os androgynos aos heterossexuais. Os seres começaram a morrer de tristeza, abraçados às suas metades. Então Zeus, temendo o fim da humanidade virou o sexo dos seres para a sua nova frente, para que através do ato sexual pudessem se unir durante um momento de plena felicidade. E com isso, determinou o destino dos humanos: o desejo pela metade jamais será saciado até que cada ser encontre sua alma gêmea.

2. Com base no comentário abaixo, refletir sobre o significado da felicidade, apresentada ideologicamente como valor e dever.

No capitalismo, a felicidade é concebida como estado de plenitude absoluta, que pode ser alcançado pela realização dos desejos individuais. Valorada po-

sitivamente, passa a se configurar como dever: você deve sorrir, mesmo que o mundo estiver desabando; deve sorrir sempre, mesmo nas situações adversas; sorria, você está sendo filmado!

3. Refletir sobre as capacidades humanas desenvolvidas a partir do trabalho, com base na conversa entre Chico Buarque de Holanda e Clarice Lispector (Zappa, 2011, p.188):

Clarice: O que é mais importante no mundo?

Chico: Trabalho e amor.

Clarice: E para você como indivíduo?

Chico: Liberdade para trabalhar e amar.



Clique para voltar ao Sumário



Extrato 1

“O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos” (Marx; Engels, 1982, p. 22).

Extrato 2

“Decerto, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as abelhas, os castores, formigas, etc. Contudo, produz o que necessita

imediatamente para si ou para a sua cria; produz unilateralmente, enquanto que o homem produz universalmente; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto que o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio, enquanto o homem reproduz a Natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem enfrenta livremente o seu produto. O animal dá forma apenas segundo a medida e a necessidade da espécie a que pertence, enquanto que o homem sabe produzir segundo a medida de cada espécie e sabe aplicar em toda parte a medida inerente ao objeto; por isso, o homem dá forma também segundo as leis da beleza” (Marx, 1993, p. 165).

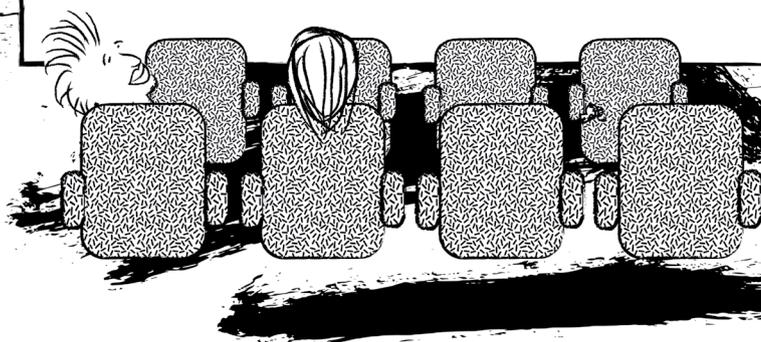
Extrato 3

“Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem, através do trabalho, como um ser que dá respostas. É inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como uma relação imediata. Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que ele generaliza transformando em perguntas seu próprio carecimento e suas possibilidades de satisfazê-los” (Lukács, 1978, p. 05).



Clique para voltar ao Sumário

PARA ASSISTIR!



Filmes para refletir sobre o destino e o idealismo

> **Poderosa Afrodite.** EUA (1995). Direção: Woody Allen.

Sobre a origem humana

> **A guerra do fogo.** Canadá (1981). Direção: Jean-Jacques Annauld.

Sobre trabalho e luta de classes

> **A classe operária vai ao paraíso.** Itália (1971). Direção: Elio Petri.

> **Pai patrão.** Itália (1977). Direção: Paolo e Vittorio Taviani.

> **Pão e rosas.** Suíça, Alemanha, Espanha, Itália (2000). Direção: Ken Loach.

> **Vidas secas.** Brasil (1963). Direção: Nelson Pereira dos Santos.

Sobre o trabalho escravo

> **A última ceia.** Cuba (1978). Direção: Tomaz Gutierrez Alea.

> **Queimada.** Itália (1965). Direção: Gillo Pontecorvo.

Sobre a história e a sociabilidade

- > **Narradores de Javé.** Brasil (2003). Direção: Eliana Caffé.
- > **Nós que aqui estamos por nós esperamos.** Brasil (1998). Direção: Marcelo Mazagão.
- > **O enigma de Kaspar Hauser.** Alemanha (1974). Direção: Werner Herzog.

Sobre conflitos e dilemas éticos

- > **A escolha de Sofia.** EUA (1982). Direção: Alan Pakula.
- > **As invasões bárbaras.** Canadá, França (2003). Direção: Denys Arcand.
- > **Dois dias, uma noite.** França, Bélgica, Itália (2010). Direção: Denis Villeneuve.
- > **Decálogo (os dez mandamentos).** Polônia, 1988. Direção: Krzysztof Kieslowski.
- > **O leitor.** EUA, Alemanha (2008). Direção: Stephen Daldry.
- > **O que você faria?** (El método). Espanha (2005). Direção: Marcelo Pineyro.



Clique para
voltar ao
Sumário

DIÁLOGOS

Danúbio: Amei a história de Julieta e as atividades complementares! Muito boa a relação entre a idealização da felicidade e o dever de sorrir para ser fotografado! Levou-me a pensar no significado histórico do retrato.

Amora: Conta mais...

Danúbio: No Renascimento, o desenvolvimento da arte do retrato por meio da pintura revela que o ato de posar para um artista era encarado com grande seriedade por parte do/a retratado/a, pois o retrato visava a preservar a sua memória. Durante muito tempo, os retratos mostram homens e mulheres compenetrados/as, não necessariamente tristes, mas sérios. O primeiro sorriso só foi retratado no século XVI por Leonardo da Vinci, com sua Mona Lisa.

Amora: Que viagem! Isso me faz pensar no significado da fotografia hoje. Com o uso do celular, tudo é fotografado e transmitido instantaneamente. E sempre sorrindo...

Danúbio: Não precisa viajar ao Renascimento. Basta ver as fotos antigas de família; aquelas que eram tiradas em estúdios fotográficos. Elas tinham um sentido e uma finalidade: eram tratadas com seriedade, porque representavam a família ou um momento solene de comemoração, como o casamento. Na atualidade, os indivíduos são orientados por ideias opostas: valorizam o fugaz, o passageiro, o instante e o presente, não se orientam pelo passado nem pelo futuro.

Amora: É o pensamento pós-moderno... Prosseguimos com a moral?

Danúbio: Sim. Já que iniciamos pelas mediações éticas...

Amora: Essa parte é mais tranquila para os/as alunos/as.

Danúbio: Porque a moral é internalizada na vida cotidiana; antes de aprendermos a andar e falar corretamente, já nos ensinam regras de comportamento.

Amora: Agora é a minha vez de fazer o texto. Com ele fechamos o primeiro dia de aula?

Danúbio: Penso que seria bom fechar com um filme que traga a discussão das mediações morais.

Amora: Nossa, estou pensando num filme relacionado a uma atividade complementar.

Danúbio: Confio na sua criatividade e aceito suas dicas, mas é a minha vez de pensar nas atividades, pois conto com você para elaborar o texto básico sobre a moral.



SEGUNDA AULA



Clique para
voltar ao
Sumário

MEDIAÇÕES MORAIS E VIDA COTIDIANA

TEXTO BÁSICO 1 - MORAL E HISTÓRIA

Vimos que a capacidade de se objetivar eticamente é fundada nas capacidades humanas instituídas no processo histórico de autoconstrução do ser social pelo trabalho. Na medida em que transforma a natureza e desenvolve socialmente as formas de atendimento às suas necessidades, o ser social amplia sua consciência, cria valores e alternativas, institui a possibilidade de escolher entre alternativas de valor e cria a cultura, que coloca novas necessidades, alternativas e respostas não diretamente ligadas ao trabalho, como a arte, a filosofia, a ética. Estas formas de objetivação criadas historicamente pelo ser social caracterizam-se por se referirem à dimensão universal do ser social, ao processo de desenvolvimento do gênero humano. Assim, as mediações éticas exigem essa conexão, o que não ocorre quando o indivíduo está imerso em sua singularidade.

No entanto, a capacidade de valorar as ações, de escolher entre valores, de orientar a vida por valores existe historicamente como componente da prática social dos homens. Na ausência de condições de realização das mediações éticas, essas capacidades não se objetivam? Não é isso que ocorre. As mesmas capacidades que possibilitam ao ser social objetivar-se eticamente na direção da totalidade social propiciam a sua objetivação na direção da singularidade do indivíduo.

Historicamente, essa forma de objetivação que responde às necessidades imediatas da vida cotidiana dos indivíduos foi denominada moral, por se relacionar com o termo mores, que, em latim, significa costumes. Sua origem é socialmente determinada; nasce de necessidades sociais e responde a elas de acordo com as possibilidades de cada contexto histórico. Sabe-se que as comunidades primitivas já contavam com normas que visavam a regular o comportamento coletivo. Ela surge, portanto, de necessidades oriundas do trabalho e do desenvolvimento da sociabilidade, e seus valores expressam a forma de organização da comunidade.

A necessidade primária de produzir os meios materiais de manutenção da existência por meio do trabalho coloca a exigência de instituir a divisão de tarefas, o que promove o desenvolvimento de valores como a responsabilidade. Como as comunidades primitivas não contavam com excedente, em sua produção o produto de trabalho era socializado, gerando a valorização da solidariedade e do igualitarismo.

As relações desenvolvidas pela comunidade, abrangendo os costumes culturais, as relações familiares e religiosas, as lutas com outras comunidades rivais, criam a valorização de ações que ganham significado, na medida em que respondem às necessidades materiais, espirituais, aos anseios e crenças do coletivo. Desse modo, nas condições sociais das comunidades primitivas, os valores que orientavam as normas eram concretamente a expressão da vida e das necessidades de todos.

Vê-se que a moral se instituiu historicamente como uma forma social de regulação do comportamento coletivo, visando ao bem comum. Isso foi demandado pelo desenvolvimento da sociabilidade e implicou o desenvolvimento da consciência, de valores e da capacidade de decidir, escolher, deliberar em relação a valores. Nessas comunidades, havia pouca margem para a discordância em face dos valores coletivos, devido à inexistência do indivíduo voltado aos seus interesses privados. No entanto, seria uma ingenuidade imaginar que não existisse nenhuma possibilidade de discordância e desobediência das normas. É exatamente em face dessa possibilidade que a moral passa a existir como necessidade de estabelecer regras e normas de conduta que devem ser obedecidas por todos/as.

A moral, portanto, institui-se como sistema social de valores e normas de conduta, tendo um caráter coercitivo. Estas normas não são escritas e sua desobediência não resulta em sanções legais. Por isso, a importância de que elas sejam internalizadas e reproduzidas pelos indivíduos, o que supõe sua participação consciente na legitimação das normas. Nesse sentido, a assimilação da moral requer a formação de um senso moral capaz de discernir entre valores e repetição dos valores e das normas que, pelo hábito, se transformam em deveres que o indivíduo reproduz espontaneamente.

Essas particularidades se desenvolveram de acordo com o baixo nível de capacidade produtiva e das relações sociais das comunidades primitivas. Mas, com esses limites, essa forma de sociedade conseguiu assegurar uma homogeneidade de valores capaz de reproduzir mediações morais representativas das necessidades do bem comum. O problema da coerção não se refere, portanto, à existência de normas, mas à função social que ela exerce. Enquanto responde às necessidades de todos/as e seus valores são legitimados pelo coletivo pois, de fato, representam os seus valores, sua função é assegurar a sociabilidade e o bem comum.

Isso será impossível, a partir da sociedade de classes, rebatendo em todos os aspectos da moral. Quando a produção passa a contar com um excedente apropriado de forma privada e o trabalho passa a ser explorado, a organização da vida social, dividida em classes sociais, não comporta mais uma moral que atenda ao bem comum. A referência ao que é bom ou mau já não pode ser igual para todos/as, porque os valores ético-morais passam a ser perpassados por interesses de classe, por necessidades econômicas, políticas e ideológicas. A sociedade torna-se mais complexa, os valores heterogêneos e a moral passa a se configurar como um sistema social de normas de conduta, que medeia as relações sociais, desempenhando a função ideológica de reprodução dos valores dominantes.

A classe que domina o poder econômico também é detentora do poder ideológico e dissemina suas ideias e valores por meio da moral. Mas, embora não represente os valores de toda a sociedade, a moral dominante se reproduz ideologicamente como tal, afirmando que é porta voz do bem comum. A assimilação acrítica da moral dominante é favorecida, porque o espaço de reprodução da moral é o da vida cotidiana, englobando a socialização primária dos indivíduos e contando com outros suportes culturais de veiculação ideológica, como a educação, a religião, os meios de comunicação, entre outros.

Mas, principalmente, o poder de reprodução ideológica da moral dominante reside em sua adequação à estrutura da sociedade. O modo de ser individualista, egoísta, valorizador da posse e da competição, típico da moral burguesa, é uma reprodução da forma como a sociedade estrutura sua produção e reproduz suas relações, ou seja, sob a forma da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Mas, embora dominante, o ethos burguês individualista e possessivo não é a única referência moral da sociedade capitalista. Formas de comportamento ético-morais são orientadas por visões de mundo e valores que se reproduzem socialmente desde que tenham uma base de sustentação nas relações sociais capitalistas, seja em face de sua afirmação ou de sua negação. Na medida em que o ethos burguês é dominante, a formação moral dos indivíduos tende a incorporá-lo e reproduzi-lo a partir da influência ideológica das várias instâncias de desenvolvimento da sociabilidade.

O ethos burguês varia historicamente, assimilando novas determinações dadas pelo desenvolvimento do capitalismo e pelo enfrentamento da luta de classes. Na atualidade, frente à crise estrutural do capital, antigas formas de comportamento, como as do conservadorismo, aliam-se às ideias neoliberais pós-modernas, configurando o ethos burguês dominante. Ao mesmo tempo, formas de vida orientadas por valores e

ideias progressistas e/ou emancipatórias, colocam-se em oposição, seja pela crítica da moral dominante, seja pelo enfrentamento prático de situações de caráter ético-moral.

A vinculação dos indivíduos a uma ou outra orientação moral é historicamente determinada pelo contexto de sua formação, pelas condições sociais que podem (des)favorecer suas possibilidades de escolha, e, pelas determinações que incidem sobre a dinâmica das relações sociais, possibilitando que certos momentos históricos sejam mais ou menos favoráveis à liberdade ou à sua negação.

Vê-se que a moral só existe, porque o ser humano é um ser ético capaz de criar valor, de ser livre, de agir de forma social, consciente e universal. Mas a forma de objetivação histórica dessas capacidades, no atendimento de certas necessidades sociais, determinou que a moral se configurasse como um modo de ser mais restrito do que a ética, especialmente por sua função ideológica na vida cotidiana.

Portanto, na sociedade de classes, a moral torna-se funcional à reprodução ideológica da moral dominante, contribuindo para o controle dos comportamentos e a divulgação de valores que alienam os indivíduos de suas capacidades éticas. Essa funcionalidade é favorecida pelo seu caráter normativo, por sua estruturação como sistema de exigências respondidas pelo indivíduo ao nível de sua singularidade e por sua função ideológica. Não se trata, no entanto, de uma funcionalidade imutável ou absoluta; mesmo na sociedade de classes, existe certo espaço de mobilidade para ações em outras direções, isto é, na direção da contestação, de constituição de crítica e de adoção de outras referências teórico-práticas, de defesa e busca de realização de outras formas de objetivação moral.

Porém essa contestação teórico-prática reúne possibilidades e limites. Ela é limitada pelas relações sociais capitalistas, ou seja, a transformação radical da moral supõe a eliminação da sociedade capitalista, o que não tem condições de se realizar por reformas morais. Suas possibilidades são dadas pela conexão do indivíduo com a práxis ética, o que supõe a sua “saída” da dinâmica da cotidianidade, o que veremos no próximo texto.

TEXTO BÁSICO 2 - COTIDIANO, MORAL E IDEOLOGIA

Para Lukács (1966), as atividades humanas partem e desaguam na vida cotidiana: dimensão fundamental de reprodução do indivíduo. Por meio da vida cotidiana, ele responde às suas necessidades de sobrevivência, se socializa, trabalha, incorpora e reproduz hábitos, costumes e valores. Mas essa reprodução é voltada exclusivamente à sua singularidade: ao seu eu.

A vida cotidiana se caracteriza por ter uma dinâmica própria, que exige do indivíduo um tipo de comportamento e de pensamento que se orienta pela heterogeneidade e pelo imediatismo, pragmatismo, e ecletismo.

As demandas heterogêneas e simultâneas da cotidianidade envolvem repetição do indivíduo em múltiplas tarefas, que devem ser realizadas ao mesmo tempo, sem que ele possa se dedicar inteiramente a nenhuma delas. Suas respostas são pragmáticas, não ultrapassam a imediaticidade da situação e a empiria da realidade. O pensamento típico dessa dinâmica não permite a reflexão, tendendo a reproduzir o conhecido, o senso comum e a ideologia dominante. Por tais determinações, a cotidianidade não é o espaço de objetivação da práxis nem da teoria.

A dinâmica superficial e imediata da cotidianidade propicia que ela seja permeável à alienação. No capitalismo contemporâneo, a alienação, produzida pela não apropriação da riqueza material e espiritual socialmente produzida pela totalidade dos indivíduos sociais, invade todas as esferas e dimensões da sociedade. Na cotidianidade, a alienação aprofunda a superficialidade das respostas às demandas de reprodução do indivíduo, entre elas as que exigem o seu posicionamento ético-moral.

Vimos que a moral é incorporada por meio da vida cotidiana desde a socialização primária do indivíduo, contribuindo ideologicamente para a reprodução de valores e modos de comportamentos adequados à ordem dominante. Isso significa afirmar que, ao se reproduzir ideologicamente, a moral não reproduz apenas valores, mas também ideias que dão significado, justificação e direção social aos comportamentos.

O moralismo e o preconceito são formas típicas de alienação ético-moral. O moralismo ocorre quando uma situação de natureza socioeconômica ou política é avaliada apenas moralmente, ocultando as suas verdadeiras determinações. O preconceito decorre do comportamento do indivíduo, que julga imediatamente uma situação, avaliando-a em função de sua aparência e de estereótipos e, sem refletir e comprovar a veracidade do julgamento, passa a discriminar os demais. Por se basear em verdades conservadas pela experiência e oferecer resistência ao novo, o preconceito tende a se manifestar em modos de comportamento conservadores. O mesmo ocorre com o moralismo, devido à importância da moral no pensamento conservador.

No capitalismo contemporâneo, o conservadorismo se articula com o neoliberalismo e as ideias pós-modernas, formando um caldo ideológico que visa à dominação, exercendo o controle das tensões e conflitos sociais, para a manutenção da ordem burguesa. Por um lado, divulgando a ideologia conservadora e neoliberal, pretende a moralização da sociedade na direção de recuperação dos valores tradicio-

nais, da ordem social, da família e da propriedade privada, combate os movimentos sociais, as lutas por direitos, o marxismo e o pensamento crítico. Por outro, disseminando a ideologia pós-moderna, combate a razão e a perspectiva de classe, divulga o irracionalismo, o relativismo, o anti-humanismo, o pessimismo e a incerteza, em face das transformações e da capacidade humana de emancipação e, portanto, de superação do capitalismo tomado como o “fim da história”. Com isso, esse conjunto ideológico contribui para naturalizar as desigualdades e a barbárie instituídas pelo capitalismo.

A expressão moral desse amálgama ideológico se apresenta nas inúmeras formas de alienação evidenciadas na relação entre os indivíduos que tratam os demais como seres inferiores: a xenofobia, os preconceitos e as discriminações. Assim, a raiz da alienação não é moral; as discriminações não são determinadas apenas pela moral; mas a moral contribui para reproduzir a alienação sob a forma específica da desvalorização do outro, como ser humano, livre, etc.

Mas não podemos esquecer que a realidade é dinâmica e contraditória e que as objetivações de valor podem alcançar níveis diferenciados de intensidade. Embora a alienação seja dominante, existe a possibilidade de realização de atividades que sejam mais ou menos alienantes. Embora a ideologia dominante tenha maiores condições de se reproduzir, existe a possibilidade de ela ser contestada e enfrentada. Mesmo que a vida cotidiana seja predominantemente empobrecedora das capacidades humanas, é dela que partem as possibilidades de motivação ética dos indivíduos, que retornam à vida cotidiana mais enriquecidos.



Clique para
voltar ao
Sumário

TEXTO COMPLEMENTAR 1 - CONSERVADORISMO MORAL

Em sua origem, na sociedade moderna, o conservadorismo se objetiva como reação da nobreza e de seus intelectuais às rupturas burguesas, realizadas pela Revolução Francesa, em face da sociedade feudal, especialmente em oposição ao caráter humanista e racional do ideário ilustrado, às noções liberais de liberdade e igualdade, à revolução e ao ideário socialista.

Baseada nesses parâmetros, a moral conservadora defende um modo de comportamento dirigido à conservação da propriedade, das instituições consideradas como os alicerces da sociedade (família, Igreja, corporações) e dos valores tradicionais: a ordem e a disciplina, a autoridade instituída de forma hierárquica, os costumes.

Com Edmund Burke, o conservadorismo moderno adquire maior visibilidade. Representante dos interesses da nobreza feudal, em oposição às rupturas modernas, Burke valoriza o passado, a experiência trazida pela tradição e pelos costumes, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem, negando a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna. Principalmente, confere uma prioridade ontológica à moral, concebida como fundamento da sociabilidade.

Para os/as conservadores/as, a liberdade só pode existir com ordem e disciplina. Por isso, Burke acusava os/as franceses/as, afirmando que, ao invés de iniciar um novo governo através do “estabelecimento da liberdade civil sobre costumes mais severos, sobre uma moralidade mais austera e mais viril [...] destruiu os impositivos da autoridade real, redobrou a licença dos costumes [...]” (Burke, 1997, p. 73).

Assim, enquanto o liberalismo defende a liberdade e a igualdade perante a lei, o conservadorismo as entende como incompatíveis; a finalidade da liberdade é a da proteção à propriedade, enquanto que a igualdade pressupõe a “redistribuição ou nivelamento dos valores imateriais e materiais, desigualmente distribuídos, o que é prejudicial para a liberdade dos mais fortes” (Burke, 1997, p. 51).

Portanto, tradição, família e propriedade estão organicamente articuladas na ideologia conservadora: trata-se de um componente que perdura na história como princípio orientador de um modo de ser e de conceber o mundo. Os valores que se adéquam a essa ideologia são aqueles que sustentam essa lógica, ou seja, que são funcionais à conservação da família em moldes tradicionais: a moralidade conservadora baseada na autoridade do pai, na crença na hierarquia e na ordem natural das instituições básicas da sociedade, na obediência ao poder espiritual da Igreja, na negação de tudo o que possa representar a instabilidade, a desordem, a transformação dessa ordem.

Nas sociedades ocidentais, a moral conservadora é fortalecida pela cultura cristã, que introduziu na moral as noções de pecado e culpa. Dessa forma, a moral adquire um sentido negativo, um fundamento determinista e um sentido conservador, uma vez que se espera que os indivíduos acatem normas e deveres pela obediência à tradição e aos dogmas, que, por sua referência metafísica, baseiam-se em valores a-históricos, imutáveis e absolutos. Acredita-se que os indivíduos tenham livre arbítrio para escolher entre o bem e o mal, mas como tais valores já estão definidos a priori, subentende-se que os que escolherem o mal serão julgados por seus atos, donde a existência de uma sanção moral, que funciona subjetivamente a partir de proibições, culpas e medos, independente-

mente de sua validade histórica. Trata-se de conservar a tradição, mesmo que ela já não tenha a ver com as novas relações e necessidades sociais.

TEXTO COMPLEMENTAR 2 - O PECADO

Na Grécia, definiu-se filosoficamente a ética em função da racionalidade: pelo uso da razão, o homem é capaz de distinguir entre o bem e o mal. O cristianismo introduz na ética a ideia de pecado: o não cumprimento do dever de obedecer ao que é determinado pela lei divina. Marcia Marques Morais (2001, p. 89) nos oferece uma instigante reflexão sobre o pecado da gula, recorrendo a um texto de Ênio Silveira, que discute o “pecado original”. Nesse texto, ele afirma que Adão e Eva não pecaram pela gula, mas por terem comido um fruto que era proibido, expressando com isso o desejo pelo interdito, pela ruptura com os limites impostos. Baseado nessa contestação, o autor remete a considerações sobre o significado social do pecado, como mostra Morais:

“Em termos sociais, o autor concebe pecado como traço que separa o homem dos outros animais irracionais e meio de comprovarmos, experimentalmente, a nossa falibilidade e, a partir daí, procurarmos soluções que nos permitam viver em sociedade – isso porque, sendo todos os homens societários e ‘inapelavelmente pecadores, não cometem, no mesmo instante, o mesmo pecado em que cometemos o nosso’. Sob essa ótica, haveria momentos em que o pecado não deveria ser evitado, mas cometido, já que ele revelaria ‘uma revolta contra concepções místicas antinaturais, ou contra regras de jogo social que atentem à liberdade humana de procurar o caminho condicionado pelas circunstâncias, aptidões e possibilidades’[...] Pecador será o homem, diz o autor, no dia em que, tendo criado uma sociedade sem classes, sem exploradores ou explorados, cometa um crime contra si mesmo ou contra o próximo, contra a própria sociedade. Em suma, são as condições do estado em que vivemos – a inflação, as guerras, etc. que geram o ato pecaminoso. A ira, a gula, a luxúria, a soberba, a preguiça, a inveja, a avareza, representam a nossa revolta, o nosso contra-ataque, nosso mecanismo de defesa – o alheamento em relação à angústia inerente à sociedade de classes” (Morais, 2001).



Clique para
voltar ao
Sumário

1. A partir do texto complementar sobre os valores conservadores, refletir sobre a influência da moral conservadora na atualidade.
2. Com base no texto *O Pecado*, discutir a seguinte questão: quais são os valores que orientam a crítica do autor à noção de pecado?
3. Esse exercício, baseado no enunciado a seguir, convida a uma reflexão crítica sobre o hábito conservador de reprodução da ordem instituída nas ações mais corriqueiras, perguntando: não poderia ser diferente?

O brinco na orelha/ as frutas na fruteira/ no braço a pulseira/ o prato na prateleira/ o grilo na grama / o travesseiro na cama / cada coisa em seu lugar/ é preciso colocar (Aranha, 1993).

3.1. Manoel de Barros nos auxilia nesse questionamento, com sua desconstrução da ordem instituída através da poesia:

[...] É preciso saber... desinventar os objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha (Barros, 1998).

[...] Nos apetrechos de Bernardo, que é o nome dele, achei um canivete de papel. Servia para não funcionar; na direção que um canivete de papel não funciona. Servia para não picar fumo; servia para não cortar unha... (Barros, 1994)

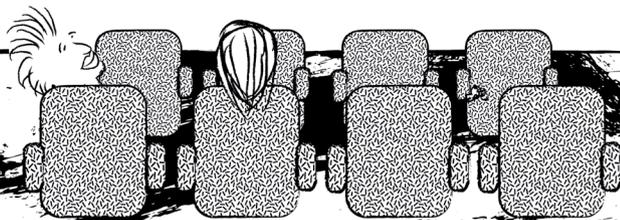
4. Abrigo subterrâneo

Você está hipoteticamente numa cidade em perigo e cada quadra tem um abrigo para 6 pessoas. Os responsáveis pelos abrigos incluem você num grupo que é incumbido de eleger quem vai para o abrigo, devendo escolher entre 12 pessoas: um padre; uma assistente social; um jovem homossexual; uma jovem portadora do vírus HIV; uma menina de três anos; um advogado de quarenta anos que só entra no abrigo se for com a sua mãe de oitenta anos; um menino autista de dez anos; uma jornalista de vinte anos dependente do uso de drogas; um professor de filosofia de setenta anos; um ex- presidiário de cinquenta anos. Quais são os critérios que vocês elegerão para decidir? O que vocês podem fazer diante dessa situação?



Clique para voltar ao Sumário

PARA ASSISTIR!



Filmes de crítica ao conservadorismo

- > **Maus hábitos.** Espanha (1983). Direção: Pedro Almodóvar.
- > **A má educação.** Espanha (2004). Direção: Pedro Almodóvar.

Sobre o conservadorismo

- > **Forest Gump.** EUA (1994). Direção: Robert Zemeckis.

> **Philomena.** Reino Unido, França e EUA (2013). Direção: Stephen Frears.

Sobre as ditaduras

> **Zuzu Angel.** Brasil (2006). Direção: Sergio Rezende.

> **A batalha do Chile.** Chile (2001). Direção: Patricio Henriquez.

> **Tempo de resistência.** Brasil (2004). Direção: Leopoldo Paulino.



TERCEIRA AULA



Clique para
voltar ao
Sumário

QUESTÃO SOCIAL, NEOCONSERVADORISMO E IRRACIONALISMO

DIÁLOGOS

Amora: Estamos no meio do módulo e ainda falta muito conteúdo. Estou preocupada...

Danúbio: Temos que organizar o conteúdo das duas últimas aulas, para serem dadas em oito horas. Mas, prevendo a projeção de um filme no final do curso, esse tempo diminui para cinco horas mais ou menos.

Amora: Não falei? É pior do que eu pensava...

Danúbio: Parece que você anda um pouco pessimista...

Amora: Ando desanimada. É o estresse do trabalho.

Danúbio: O que está ocorrendo?

Amora: Nada de novo. É isso que desanima. O mais desalentador não é o conservadorismo da instituição, mas a subordinação dos/as profissionais à ordem instituída: dizem amém à burocracia, não aderem à greve...

Danúbio: Amora, você está criticando comportamentos omissos e conformados com a realidade como ela se apresenta. Essas características são inerentes ao pessimismo...

Amora: Nossa, é verdade! Devo mudar de postura...

Danúbio: Não se trata de um dever, mas da compreensão de que o pessimismo imobiliza e que isso não faz parte do seu projeto de vida e de sociedade. Você pode encontrar possibilidades práticas de enfrenta-

mento da realidade. Penso que existem outros profissionais que pensam como você.

Amora: Tá certo, mestre.

Danúbio: Sugiro que você escreva um texto sobre a vida cotidiana, abordando essas questões.

Amora: Estou perdida. Qual é o conteúdo da última aula?

Danúbio: Na terceira aula, trataremos da questão social, especialmente as tendências de sua moralização na contemporaneidade. O objetivo dessa aula é apresentar os impedimentos e limites objetivos à realização das mediações éticas. Na quarta e última aula, trataremos das possibilidades dessa realização.

Amora: Mas já falamos do conservadorismo...

Danúbio: Sim. Mas não falamos de sua configuração na atualidade.



Clique para
voltar ao
Sumário

TEXTO BÁSICO 1 - CRISE DO CAPITAL E MORALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Vimos que a vida social põe em movimento a nossa consciência e impulsiona nossa intervenção no mundo. Omitimos ou manifestamos posicionamentos ético-morais sobre situações que consideramos antiéticas, por revelarem a negação dos valores e princípios que orientam nossa vida. Porém esses posicionamentos se objetivam de formas variadas, podem atingir diversos níveis de intensidade e amplitude, orientam-se por diferentes referenciais e produzem distintos resultados, que interferem ideal e materialmente na vida social.

A exemplo, lembramos das respostas de repúdio e de apoio à ação de um grupo de “justiceiros”, que amarraram um jovem nu ao poste, no Rio de Janeiro, em 2014. Além de expressarem referências diferenciadas e direções políticas opostas, essas respostas evidenciaram duas formas de objetivação das mediações ético-morais. As manifestações de repúdio se apoiaram na defesa de valores e princípios éticos afirmados em diversos documentos de amplitude universal e nacional, como a Declaração dos Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca). Além disso, a situação foi ana-

lisada em função de suas determinações sociais, situadas nas expressões da questão social, envolvendo mediações que remetem à totalidade social.

Tomando como exemplo o pronunciamento da jornalista Rachel Sheherazade, a justificação da violência praticada contra o jovem foi enfocada com argumentos moralistas, baseados em fundamentos exclusivamente ideológicos e noções repetidas pelo senso comum. Observem seu pronunciamento:

“A atitude dos vingadores é até compreensível, o contra-ataque aos bandidos eu chamo de legítima defesa coletiva. E aos defensores dos direitos humanos que se apiedaram do ‘marginalzinho’ preso ao poste, eu lanço uma campanha: Façam um favor ao Brasil, adotem um bandido. Se a justiça legal não funciona, a do tribunal do crime ninguém escapa, estuprou é estuproado, matou tem que morrer, aqui se faz, aqui se paga”. (Sheherazade, In: Barroco, 2015c, p. 34)

“O Eca (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Estatuto da Impunidade, está sempre a serviço do menor infrator, que também encontra guarida nas asas dos direitos humanos e suas legiões de ONGs piedosas. No Brasil às avessas, o bandido é sempre vítima da sociedade. E nós não passamos de cruéis algozes desses infelizes. [...] Como jovens acuados pela violência que tomam para si o papel da polícia e o dever da Justiça”. (Idem)

Sua análise não explicita a questão social, mas revela a sua moralização, ao transferir para a vítima a responsabilidade da violência. Na medida em que o jovem violentado é tratado como naturalmente um criminoso de má índole, a violência praticada passa a ser justa e merecida, numa evidente inversão de valores e manifestação da função social da ideologia conservadora e irracionalista na atualidade: moralizando as expressões da questão social, motiva ideologicamente o uso da força e o fortalecimento de medidas repressivas.

A moralização das expressões da questão social é uma manifestação típica do conservadorismo. Como já assinalamos, as crises sociais são concebidas pelos conservadores como decorrências de uma crise moral, porque consideram que a sociabilidade e a política são fundadas pela ordem moral. No entanto, essa forma alienada de objetivação moral não ocorre do mesmo modo nas diferentes conjunturas em que se manifesta. Embora o conservadorismo esteja presente na trajetória das elites brasileiras, sua configuração atual evidenciou-se de forma mais efetiva a partir da consolidação neoliberal dos anos 1990, atualizando suas bases de legitimação nas sucessivas crises que marcam a crise estrutural do capitalismo desde então.

Materializando-se no aprofundamento da exploração do trabalho e da dominação de classe, a ofensiva neoliberal do grande capital atingiu duramente as condições de vida da classe trabalhadora e dos setores marginalizados socialmente, conduzindo ao acirramento das manifestações da questão social, fragilizando a sua consciência política, instaurando sentimentos de insegurança e novas formas de violência. Esse contexto favoreceu a divulgação ideológica de respostas conservadoras, incentivadas pela criação de inúmeras formas de comunicação, que passaram a atingir um público específico oriundo das classes médias e dos setores subalternos, caracterizando-se por mostrar crimes e delitos praticados por jovens e pobres, de forma sensacionalista.

Mas as respostas do Estado à crise estrutural do capital também contribuíram para recriar a violência e o medo social, favorecendo a reprodução do moralismo punitivo, legitimador do uso da força como “mal” necessário. Atuando como gestor da crise, buscando o consenso, com programas sociais compensatórios e utilizando a coerção, com um investimento maciço na militarização da vida cotidiana, o Estado oficializou o processo de criminalização e barbarização das diferentes formas de resistência populares hoje em curso.

Nessa perspectiva, a ordem, valor conservador, passa a ocupar um lugar de destaque na hierarquia dos valores morais da sociedade, objetivando-se como finalidade e justificativa na defesa de práticas punitivas. Para isso, conta com a sua legitimação ideológica, promovida pelas instituições culturais, especialmente pela mídia falada e escrita, e com a presença do irracionalismo: forma de pensar típica da alienação no capitalismo tardio, que invade e reifica todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações.

A moralidade punitiva e a defesa da ordem expõem, portanto, ações políticas orientadas por determinado projeto de sociedade e concepção de mundo e por uma moral moralista que divide o mundo entre bons e maus, identificados a partir de sua condição social, da classe a que pertencem, do grupo social que representam, dos valores que defendem. Um moralismo que semeia uma cruzada irracionalista de combate moral a todas as lutas e conquistas progressistas.

O conservadorismo é parte da história do Serviço Social desde a sua origem. Seria uma ingenuidade imaginar que ele pudesse estar ausente dessa conjuntura. No processo de luta pela hegemonia entre projetos profissionais, essa vertente se fragiliza ou se fortalece, dependendo das determinações sociais e das forças em disputa no interior da profissão. Na atualidade, as possibilidades de incorporação do conservadorismo irracionalista são dadas por sua presença marcante na cultura, na política e nas

religiões, atingindo a vida cotidiana de formas variadas. As possibilidades de manifestação do conservadorismo irracionalista são abertas, entre outros aspectos, pelas demandas institucionais que requisitam o/a profissional para atuar como coadjuvante da polícia e das autoridades judiciárias, na desocupação de áreas de moradia, no deslocamento de usuários/as de drogas, na inquirição de crianças e adolescentes, no seu controle e punição.

Mas também se apresentam na prática que não ultrapassa a dinâmica da cotidianidade, atendendo a “problemas” individualizados, de forma imediata, objetivando preconceitos e discriminações.

O conservadorismo e o irracionalismo caminham na contramão das conquistas progressistas realizadas pelo Serviço Social brasileiro há mais de trinta anos; avanços inseridos no universo das conquistas humanas historicamente construídas nas lutas sociais de enfrentamento da opressão, da exploração, da dominação. O enfrentamento desse retrocesso que permeia a sociedade e a profissão requer intervenções teórico-práticas, éticas e políticas: uma capacitação teórica que fundamente a crítica ao neoconservadorismo e ao irracionalismo e contribua para a ruptura com o moralismo que ronda o exercício profissional; a criação de estratégias de enfrentamento coletivo nas instituições, por meio do trabalho em equipe e da articulação com outros/as profissionais e da conexão com as entidades e os movimentos sociais.



Clique para
voltar ao
Sumário

TEXTO COMPLEMENTAR - O COTIDIANO DE JOANA

Joana considera sua vida desgastante, mas não vislumbra a possibilidade de mudança. Trabalha num hospital público há quinze anos, no início como atendente, nos últimos dez anos como assistente social. Sua vida é uma rotina que se repete sempre da mesma forma; o trabalho é sempre igual: os mesmos atendimentos, a corrida atrás do tempo para dar conta das demandas, as mesmas respostas. Conformou-se com a falta de sentido de sua existência; “não tem jeito”, diz ela.

Mas Joana não foi sempre assim. Terminou a faculdade cheia de planos, imaginando que sua vida mudaria de rumo. Assumindo o cargo de assistente social, poderia propor mudanças que melhorassem o atendimento aos/às usuários/as; poderia impor que eles/as fossem respeitados/as nos seus direitos, acabando com o descaso que ela presenciava calada em sua condição subalterna. Deixaria de ser tratada como funcionária subalterna naquele hospital. Nunca mais aquele ar de superior-

ridade dos/as médicos/as. Nunca mais! Ganharia mais, teria mais tempo para ir ao cinema, quem sabe até se casasse...

Mas não demorou muito tempo para que ela se deparasse com a realidade e constatasse que seu sonho a deixara cega; como pôde não perceber antes? O hospital era o mesmo, os serviços eram os mesmos, a falta de recursos, a apatia da equipe de assistentes sociais e o sofrimento dos/as usuários/as não iriam mudar apenas porque ela mudara de função. Ela até tentou, mas a sua chefe foi taxativa: “Ouça um conselho. Aqui, nada vai mudar, você quer perder o seu emprego”?

A desmotivação de Joana para enfrentar sua realidade é determinada por elementos concretos. Como trabalhadora assalariada, enfrenta o medo do desemprego e a perda de direitos; é assistente social de uma instituição de saúde pública, atendendo demandas graves, respondidas precariamente pela falta de recursos e pela acomodação de diferentes profissionais; é envolvida na dinâmica da cotidianidade, sem ter tempo de se dedicar a atividades mais prazerosas e motivadoras de sua consciência crítica.

No trabalho e nas atividades necessárias à sua reprodução singular, Joana atende a várias necessidades ao mesmo tempo, responde a tarefas heterogêneas e repete os mesmos procedimentos, de forma imediata, mecânica, não se dedicando inteiramente a nenhuma atividade. Sua vida é fragmentada e a própria realidade é tomada como uma soma de fragmentos.

Absorvida pela rotina, Joana deixou que a dinâmica da cotidianidade envolvesse a sua vida, sem dar espaço para analisar criticamente a sua participação na condução de sua vida. Apesar das condições adversas, Joana poderia agir de forma diferente, porque a realidade não é feita somente de adversidades. Nada a obriga a atender os/as usuários/as de forma mecânica e imediata, a não ser o hábito que pode ser mudado; é possível que existam outros/as profissionais insatisfeitos/as com a instituição, o que permite que Joana busque alianças para o enfrentamento das resistências à mudança. Além disso, Joana pode promover atividades de reflexão fora da instituição, pode obter o respaldo de sua entidade representativa, pode ampliar seu contato com a organização política de usuários/as e pode atuar politicamente na direção de transformações sociais que afetam o seu trabalho. Joana poderia dizer não a hábitos e valores, poderia dar outra direção à sua vida.

Isso demandaria que Joana agisse respaldada por mediações teóricas e políticas, que incentivassem a sua consciência crítica de sujeito histórico. Mas, será verdade que Joana não tem uma orientação teórico-política? Que não tem um projeto de vida? Não ter uma reflexão crítica não signifi-

ca a ausência de reflexão. Não ter vínculos políticos práticos não significa a ausência de ações que podem ter resultados político-ideológicos.

Na verdade, Joana é respaldada por ideias conservadoras e irracionais, que passaram a responder à falta de sentido de sua existência, a partir do momento em que ela desistiu de lutar contra as adversidades, duvidando das teorias que tinha aprendido na faculdade, e considerando que as ideias de mudança não tinham viabilidade prática. Quando deixou de lado as leituras críticas, não abandonou totalmente o hábito adquirido no curso de Serviço Social. Passou a procurar leituras mais amenas, que respondessem às suas necessidades imediatas. E por acaso, assistindo a uma entrevista na TV, Joana descobriu que seu pessimismo não era apenas compartilhado, mas defendido como um avanço frente às suas antigas ideias de mudança. E foi assim que ela encontrou um alimento para o seu pessimismo e sua descrença política.

A incorporação das ideias conservadoras e irracionais ocorreu sem grandes esforços intelectuais. Por um lado, Joana encontrou com facilidade várias obras recém-publicadas sobre os temas; por outro, seus autores e autoras eram veiculados/as com frequência pela mídia, em colunas de jornal, em revistas semanais e programas de TV. Essa visibilidade foi interpretada por Joana como um sinal de que aquelas ideias eram inovadoras, ou pelo menos estavam na moda, dando mais impulso à certeza de que ela estava no caminho certo. Mas o que realmente facilitou a legitimação do conservadorismo e do irracionalismo foi a sua presença na vida social como ideologia dominante na atualidade. Nesse sentido, várias instâncias colaboraram na reprodução dessas ideias, no trabalho e na vida cotidiana.

Acontece que o pensamento e a prática de Joana não ficam restritos à sua consciência: sua prática profissional, orientada por valores e ideias objetiva-se socialmente e produz resultados concretos, que interferem na vida dos/as usuários/as e nas relações sociais que ela estabelece. Portanto, seu pessimismo, sua negação da razão e da possibilidade de transformação da realidade, sua recusa em face da história e do futuro, impedem muitos avanços que ela poderia ter concretizado profissionalmente, produzindo um resultado que fortalece um retrocesso das conquistas históricas da profissão.

Clique para voltar ao Sumário



ENTRE ASPAS



Extrato 1 - Fundamentos do irracionalismo

“Tem sentido a afirmação de Lukács: é em momentos de crise social que o pensamento irracionalista ganha força, pois a ideologia dominante exerce a sua função ativa de aliviadora de tensões exatamente nos momentos em que a explicitação das contradições objetivas passa a exigir respostas no sentido de manutenção da ordem social. O irracionalismo contribui para transferir o enfrentamento dos conflitos para o campo do imaginário, dissimulando as determinações das contradições sociais, os seus nexos e mediações, naturalizando as suas consequências, negando a possibilidade de sua compreensão radical. Ao se transformar em ideologia, o irracionalismo assume formas variadas, mas de modo geral, as suas diversas expressões têm em comum a desvalorização da verdade objetiva e da perspectiva de totalidade, a subjetivação da história, o individualismo, o agnoscitismo, o ecletismo, o pessimismo, a negação da ideia de progresso, da igualdade, de devir, do humanismo e da razão dialética. A divulgação do pensamento irracional contribui para a disseminação de uma cultura passiva e imobilista; uma cultura que, de modos diversos, afirma a ordem burguesa como o fim da história. É nesse prisma que Lukács coloca função social da ideologia e o papel dos intelectuais, em sua apologia direta ou indireta do capitalismo: a primeira, com sua defesa explícita, oculta os seus componentes estruturais e os seus aspectos negativos; a segunda, naturalizando as suas determinações, afirmando a impossibilidade de transformação do presente, reitera a sua existência como um dado ontológico insuperável” (Barroco, 2013c, p. 262)

Extrato 2 – Princípios do neoconservadorismo

“Os conservadores gostam do crescente emaranhado de instituições sociais e dos modos de vida tradicionais, e isto os diferencia da uniformidade estreita e do igualitarismo entorpecente dos sistemas radicais. Em qualquer civilização, para que seja preservada uma diversidade sadia, devem sobreviver ordens e classes, diferenças em condições materiais e várias formas de desigualdade. As únicas formas verdadeiras de igualdade são a igualdade do Juízo Final e a igualdade diante do tribunal de justiça; todas as outras tentativas de nivelamento irão conduzir, na melhor das hipóteses, à estagnação social” (Kirk, apud Barroco, 2015c, p. 19)

Extrato 3

“Percebi que, além de serem diversos uns dos outros, os homens possuem capacidades e inteligências em diferentes graus. Aqueles que são mais capazes se incumbem dos encargos mais difíceis, enquanto os demais se aproveitam, e se são de esquerda, valem-se de uma série de argumentos para justificar sua preguiça” (Pondé, apud Barroco, 2015c, p. 55)

Extrato 4

“A afirmação de que os seres humanos são iguais é uma farsa [...] alguns são melhores e carregam o mundo nas costas, enquanto os outros apenas se aproveitam [...] Se acentuamos a igualdade, elevamos a taxa de mediocridade na sociedade – daí o amor da igualdade pela mediocridade” (Pondé, apud Barroco, 2015c, p. 56)

Extrato 5

“Separe a propriedade do domínio privado e o Leviatã se tornará o mestre de tudo. Sobre o fundamento da propriedade privada, construíram-se grandes civilizações. Quanto mais se espalhar o domínio da propriedade privada, tanto mais a nação será estável e produtiva” (Kirk, apud Barroco, 2015c, p. 22)

Extrato 6

“É o costume tradicional que permite que as pessoas vivam juntas pacificamente; os destruidores dos costumes demolem mais do que o que eles conhecem ou desejam [...] Continuidade é uma forma de atar uma geração com a outra; isto é tão importante para a sociedade como o é para o indivíduo; sem isto a vida seria sem sentido” (Kirk, apud Barroco, 2015c, p. 22)

Extrato 7

“A ordem moral é feita para o homem, e o homem é feito para ela: a natureza humana é uma constante e as verdades morais são permanentes. Ordem quer dizer harmonia” (Kirk, apud Barroco, 2015c, p. 21)



Clique para voltar ao Sumário



1. A partir do enunciado abaixo, refletir sobre a relevância dada à família na atualidade.

“O poder de perpetuar nossa propriedade em nossas famílias é um de seus elementos mais valiosos e interessantes, que tende, sobretudo, à perpetuação da própria sociedade. Deixem os grandes proprietários ser o que quiserem – e a chance é a de que estarão entre os melhores – que serão, no pior dos casos, o lastro do navio da comunidade” (Burke, 1997)

2. Os ditos populares.

Os ditos populares se reproduzem como verdades acumuladas pela experiência, daí o seu poder de penetração na vida cotidiana. Como afirma o filósofo Mario Sergio Cortella, as máximas partem da suposição de que transmitem uma experiência já testada, e, portanto, indiscutível. Para evitar o dogmatismo, ele sugere, por exemplo, que coloquemos um ponto de interrogação ao final de muitas dessas “verdades”. (Cortella, 2005)

2.1 A partir da sugestão de Cortella, questionar a veracidade dos ditos populares abaixo e identificar a sua contribuição para a reprodução das ideias dominantes da ordem burguesa.

- Pau que nasce torto morre torto
- Tal pai tal filho
- A vingança tarda, mas não falha

- Deus ajuda quem cedo madruga
- Manda quem pode, obedece quem deve
- Cada macaco no seu galho
- Dizei-me com quem andas e te direi quem és
- Quem espera sempre alcança
- Quem mexe com fogo é pra se queimar
- Pense duas vezes antes de agir
- Devagar se vai longe

2.2. O conselho do compositor. Exercício: Fazer uma relação entre as máximas acima e a música “Ouça um bom conselho” de Chico Buarque de Hollanda.

*Ouça um bom conselho
 Que eu lhe dou de graça
 Inútil dormir que a dor não passa
 Espere sentado, ou você se cansa
 Está provado, quem espera nunca alcança.
 Venha, meu amigo
 Deixe esse regaço
 Brinque com meu fogo, venha se queimar.
 Faça como eu digo
 faça como eu faço
 Aja duas vezes antes de pensar.
 Corro atrás do tempo
 vim de não sei onde
 Devagar é que não se vai longe...
 Eu semeiei vento, na minha cidade
 Vou prá rua e bebo a tempestade...*

2.3. Os conselhos dos filósofos e dos poetas. Exercício: Nem todos os conselhos reproduzem ideias do senso comum, a exemplo das máximas dos filósofos e dos poetas. Refletir sobre a diferença entre as citações abaixo e o senso comum.

“Que ninguém hesite em se dedicar à filosofia enquanto jovem, nem se canse de fazê-lo depois de velho, pois ninguém é jamais demasiadamente jovem ou velho para alcançar a saúde do espírito” (Epicuro, 2002).

“Nunca devemos nos esquecer de que o futuro não é nem totalmente nosso, nem totalmente não nosso, para não sermos obrigados a esperá-lo como se estivesse a vir com toda a certeza, nem nos desesperarmos como se não estivesse por vir jamais” (Idem).

“Mede a duração da tua vida: não cabe nela muita coisa” (Sêneca, 2011).

“Procuramos, por meio das lágrimas, mostrar a nossa saudade e assim não cedemos à dor, mas a ostentamos. Ninguém é triste só para si mesmo” (Sêneca, 2011).

“Por que admiras que tuas viagens não te auxiliam uma vez que sempre te levam contigo”? (Sócrates, apud Sêneca, 2011).

“Morre lentamente quem não viaja, quem não lê, quem não ouve música, quem não encontra graça em si mesmo... Morre lentamente quem se torna escravo do hábito, repetindo todos os dias os mesmos trajetos, quem não muda de marca, não arrisca vestir uma nova cor, quem não conversa com quem não conhece... Morre lentamente quem não vira a mesa quando está infeliz com seu trabalho ou amor, quem não arrisca o incerto para ir atrás de um sonho, quem não permite, pelo menos uma vez na vida, fugir dos conselhos sensatos...” (Pablo Neruda)

“Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber que o esplendor da manhã não se abre com uma faca...” (Manoel de Barros, 1994)

PARA ASSISTIR!



Clique para voltar ao Sumário

Filmes sobre o irracionalismo e discriminações

- > **A experiência.** Alemanha (1995). Direção: Diver Hirschbiegel.
- > **Incêndios.** França, Canadá (2006). Direção: Denis Villeneuve.
- > **Juízo (documentário).** Brasil (2007). Direção: Maria Augusta Ramos.
- > **Tolerância zero.** EUA (2001). Direção: Henry Bean.
- > **Olhos azuis.** EUA (1996). Direção: Bertram Verhaag.

Sobre a alienação e vida cotidiana

- > **A história das coisas (documentário).** EUA (2009). Direção: Annie Leonard.
- > **Short cuts (cenas da vida).** EUA (1993). Direção: Robert Altman.
- > **Relatos selvagens.** Argentina (2014). Direção: Damian Szifron.



QUARTA AULA



Clique para
voltar ao
Sumário

ÉTICA, POLÍTICA E A MEDIDA DAS EMANCIPAÇÕES

DIÁLOGOS

Amora: Nosso trabalho está quase no fim! O tempo passou rápido demais!

Danúbio: É verdade! Sentirei falta das nossas discussões. Aliás, esqueci-me de dizer que a história de Joana ficou excelente. Tudo aquilo é verdade?

Amora: Infelizmente. Baseei-me em situações reais observadas empiricamente ou relatadas por assistentes sociais.

Danúbio: O conservadorismo e o irracionalismo se reatualizam em contextos históricos favoráveis ao avanço da direita e da extrema direita, como o que vivemos hoje, não só no Brasil.

Amora: É muito difícil terminar o curso nestas condições históricas tão adversas...

Danúbio: Cuidado! A última aula não pode incentivar o pessimismo. Existem possibilidades de enfrentamento dessa realidade adversa, pois ela comporta contradições...

Amora: Qual é a sua proposta?

Danúbio: Penso que falta retomar os critérios de valor que orientam a ética, na perspectiva do curso e do Serviço Social, explicitando a origem desses valores, seu significado emancipatório; seus limites e possibilidades na relação com a práxis política na sociedade burguesa.

Amora: Ou seja, vamos tratar da emancipação política e da emancipação humana.

Danúbio: Evidenciando que a práxis política pode alcançar diferentes níveis de emancipação, mas não alcança a emancipação humana.

Amora: Sabe, tem um problema que penso não ser exclusivo da nossa profissão. As categorias teóricas viram “moda”, acarretando, muitas vezes, sua vulgarização. Isso ocorreu com a noção de intelectual orgânico de Gramsci e se repete hoje com a categoria emancipação.

Danúbio: A concepção de genericidade também é problemática...

Amora: Sim. Existe uma forte tendência de entendimento idealista do humano-genérico, seja pela influência do humanismo cristão na profissão, ou pela reprodução da visão liberal contida, em geral, nos documentos de defesa dos direitos humanos. O humano é tratado como portador de uma essência a-histórica eticamente positiva.

Danúbio: É necessário que você esclareça essa questão na aula. Marx se opõe às visões humanistas essencialistas, que atribuem ao gênero humano uma existência a-histórica, referida a uma essência perfeita e positiva, em termos éticos. Nessa visão abstrata, o humano-genérico adquire um significado positivo em si mesmo, isolado da alienação, das contradições e antagonismos que estruturam a vida social dos indivíduos.

Amora: Sim, para a nossa concepção, não existe um gênero humano transcendente à história nem isolado dos indivíduos. Os homens objetivam, ao mesmo tempo e de modo contraditório, a sua dimensão individual e genérica, mesmo que não tenham consciência dessa relação. Por isso, o desenvolvimento humano-genérico não está isolado da luta de classes.

Danúbio: Mas as tendências marxistas do Serviço Social não pensam assim?

Amora: Pois é. Algumas negam o humanismo em Marx. A divulgação de Lukács na profissão contribuiu bastante para a superação desse equívoco. Mas, mesmo assim, encontramos resistências a Lukács e muitos/as que se utilizam de seu referencial abordam o gênero humano de forma abstrata. É complicado!

Danúbio: Sou suspeito para falar sobre o meu filósofo preferido...



TEXTO BÁSICO 1 - PRÁXIS E EMANCIPAÇÕES

A discussão já realizada apresentou a base ontológica de construção do ser social como um ser ético-moral, indicando que a objetivação das mediações éticas ocorre por meio da práxis dirigida à materialização de ideias, projetos e relações sociais orientadas por valores emancipatórios. Nessa aula, pretendemos evidenciar as razões dessa atribuição emancipatória aos valores. Em outras palavras, qual é a medida de valor para julgarmos os valores como positivos ou negativos?

Partimos dos valores fundamentais contidos no Código de Ética do/a Assistente Social, para discutir essa questão. O código afirma, entre outros, a liberdade, justiça social, equidade e os direitos humanos. Tais valores são universais e são afirmados por diferentes perspectivas filosóficas e por distintos sujeitos políticos na história. Hitler defendia os direitos humanos; o imperialismo norte-americano se apoia na defesa da liberdade.

Isso revela que os valores não valem em si mesmos. A liberdade é um produto concreto da práxis humana; de ações que historicamente possibilitaram a ruptura com situações de violação e impedimento de suas capacidades e forças essenciais. Mas, quando passa a se configurar como orientação de valor, sua concretude histórica pode ser dissolvida, passando a representar um valor ideal abstrato. Ao se tornar um valor abstrato, seu conteúdo e significado podem ser interpretados por diferentes perspectivas, tendendo a expressar as visões ideológicas que dominam na sociedade.

Exemplo disso é a noção recorrente da liberdade liberal: “a sua liberdade acaba quando começa a do outro”. Trata-se de uma liberdade funcional à reprodução de relações individualistas, inerentes à sociedade fundada na propriedade privada. No entanto, esse fundamento objetivo da liberdade liberal burguesa não é evidente para toda a sociedade, pois supõe a relação entre os valores, a sua base de sustentação na reprodução social e em dado projeto societário.

Sendo assim, a positividade aos valores no Código de Ética é dada pela sua historicidade e pelo conjunto de pressupostos teóricos e ético-políticos que articulam o código a um projeto profissional e um projeto societário. Os valores do código têm como referência histórica as lutas dos/as trabalhadores/as e dos grupos discriminados socialmente.

Nas lutas emancipatórias, de caráter político revolucionário, a liberdade expressa a sua condição ontológica de libertação da opressão e da exploração, de liberação do trabalho e dos impedimentos à sua apropriação; de superação dos limites postos à realização das capacidades humanas e fruição da riqueza socialmente construída. No entanto, dados os limites das sociedades fundadas na propriedade privada, na divi-

são social do trabalho e de classes e, contando com condições históricas diferenciadas da luta de classes, da organização política e da consciência de classe dos/as trabalhadores/as, as lutas sociais emancipatórias aproximam-se em maior ou menor grau de suas finalidades, conquistando níveis de emancipação diferenciados.

A emancipação humana não é realizável nos limites da sociedade burguesa, pois ela supõe a ruptura radical com as condições que impedem a apropriação da riqueza humana material e espiritual produzida historicamente pela totalidade da humanidade. Isto é, a emancipação não é apenas um valor; é uma condição concreta de superação dos componentes fundamentais do ser humano, o que Marx define como riqueza humana:

[...] Uma vez superada a limitada forma burguesa, o que é a riqueza se não a universalidade dos carecimentos, das capacidades, das fruições, das forças produtivas, etc., dos indivíduos, criada no intercâmbio universal? O que é a riqueza se não o pleno desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, tanto sobre as da chamada natureza quanto sobre as da sua própria natureza? O que é a riqueza se não a explicitação absoluta de suas faculdades criativas, sem outro pressuposto além do desenvolvimento histórico anterior, que torna finalidade em si mesma essa totalidade do desenvolvimento, ou seja, do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, não avaliadas segundo um metro já dado? Uma explicitação na qual o homem não se reproduz numa dimensão determinada, mas produz sua própria totalidade? Na qual não busca conservar-se como algo que deveio, mas que se põe no movimento absoluto do devir? (Marx, 2011, p.399-400).

A noção de riqueza humana nos oferece uma medida de valor, para julgarmos se uma ação é positiva ou negativa e para orientar nossa práxis em diversos níveis de emancipação. São valorosas ou de valor positivo todas as relações e formas de objetivação que favorecem maiores possibilidades de objetivação das forças e capacidades humanas essenciais na direção de sua emancipação; são desvalores ou de valor negativo as que impedem tais possibilidades.

As mediações éticas se objetivam socialmente em face de relações mediadas por necessidades e interesses de classe, ou seja, em relações que se desenvolvem no campo da luta pela hegemonia entre as classes sociais. Quer dizer que, em sua materialização, a ética se defronta com a política, relacionando-se com ela, por meio de sua orientação de valor.

A práxis política pode ter diferentes finalidades e formas de luta. Marx faz uma distinção entre a práxis política voltada a conquistas parciais e a

práxis política que visa à superação radical da sociedade burguesa, delimitando a primeira como emancipação política e a segunda como emancipação humana (MARX, 2010).

A luta pela emancipação política, realizável pela práxis política no interior da sociedade burguesa, pode ter diferentes finalidades: pode tanto se propor a reformar o capitalismo, sem pretender a sua superação, como considerar que os avanços sociais e políticos são necessários, mas insuficientes, articulando-se objetivamente às lutas pela emancipação humana.

Portanto, na vigência da ordem burguesa, a emancipação humana coloca-se como ideário, como medida de valor das lutas sociais que visam à superação dessa ordem e à construção de uma nova ordem societária. A vinculação do projeto ético-político do Serviço Social com o ideário da emancipação humana depende de sua articulação concreta com a sua base social de sustentação política: as lutas sociais emancipatórias.

A articulação do Código de Ética profissional e do projeto profissional com um projeto societário de caráter emancipatório traz, para essa relação entre emancipação política e humana, a necessidade de compreensão dos limites da intervenção ético-política institucional, e sua contribuição para os processos de emancipação social e política dos trabalhadores, em face da possibilidade de participação numa práxis ético-política coletiva de caráter emancipatório, dirigida a intervir na sociedade para a sua transformação. Como os sujeitos não mudam de valores e de perspectiva política em função de sua atividade, a diferença de suas objetivações ocorre em função do grau de intensidade, de envolvimento e de extensão requerido pelas duas formas de inserção ético-política e das possibilidades de dedicação a elas em condições históricas determinadas.



Clique para voltar ao Sumário

TEXTO COMPLEMENTAR 1 - A ÉTICA SOCIALISTA: TRABALHO E RESPONSABILIDADE COLETIVA

Com a Revolução de Outubro e o processo de transição para o socialismo, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o enfrentamento das expressões da questão social passou a contar com novas diretrizes centradas no valor do trabalho e da educação social. Uma das medidas do governo revolucionário, para combater a criminalidade infantil, foi transferir o sistema correccional do âmbito da justiça comum para o setor de educação, criando uma escola de trabalho e educação social, baseada nos valores e princípios socialistas.

Nesse contexto, em 1920, o educador Anton Makarenko foi convidado por Máximo Gorki para dirigir um instituto que atendia crianças e

adolescentes abandonados/as e em situações de conflito com a lei. Até então, as chamadas delinquências infantil e juvenil eram encaminhadas a instituições geridas pela justiça: reformatórios que funcionavam como prisões voltadas à correção de comportamentos disfuncionais, sob a dependência da administração judicial.

Para Makarenko, a educação deveria ser integral, ética e voltada: “à educação política, à instrução geral, aos livros, jornais, ao trabalho, aos jogos, distrações e descanso [...]” (Makarenko, apud Capriles, 2002, p. 166).

A nova escola experimental, a Colônia Gorki, fundada em um sítio de 20 hectares, era, na verdade, um conjunto de prédios destruídos, saqueados, sem móveis, sem condições de moradia ou de trabalho. Makarenko se instalou com alguns funcionários e seis alunos, todos com antecedentes criminais graves. Poucos dias depois, um deles matou uma pessoa, em um assalto, sendo detido por um agente da colônia, para a qual retornou (Capriles, 2002, p.83). Com estas condições materiais e sem ter um método de trabalho pronto a priori, Makarenko decidiu esperar que o processo despertasse no educando sua consciência da responsabilidade em relação à outra pessoa e ao trabalho, e que o processo também mostrasse qual seria o melhor método para trabalhar com aqueles meninos. Tudo isso partindo de alguns princípios que ele defendia como educador. Vejam o que ele diz:

“De nosso cidadão exigimos que em cada minuto de sua vida esteja disposto a cumprir seu dever, sem esperar que o indiquem ou ordenem, que tenha iniciativa e vontade criadoras, com a esperança de que somente fará aquilo que realmente seja necessário e útil para nossa sociedade, para nosso país e que não se detenha ante nenhuma dificuldade ou obstáculo para levar adiante sua tarefa” (Makarenko, apud Capriles, 2002, p. 166).

Assim, a continuidade do trabalho na Colônia Gorki – um patrimônio do grupo – dependia do seu resultado junto aos jovens. Se eles continuavam a roubar, significava que não tinham essa consciência; além disso, poderia justificar a continuidade ou não da instituição; logo, o trabalho estava em risco em vários aspectos. Após algumas semanas de trabalho, os educandos se mostravam irredutíveis frente aos métodos pedagógicos de Makarenko: não cumpriam nenhuma tarefa, não estudavam, eram violentos com os professores e entre si, levando todos ao desespero. Então ocorreu novamente uma situação catártica: ao ser ofendido pessoalmente, Makarenko perdeu o controle e enfrentou fisicamente um dos meninos do grupo, o que foi considerado por seus colegas como um “absurdo pedagógico”.

Mas o coletivo de professores viu que os alunos mudaram sensivelmente. E adotou-se outra forma de encaminhamento. Certo de que os alunos não eram “delinquentes” ou “transgressores” da lei, mas que

tinham problemas decorrentes de uma série de determinantes sociais e familiares, a pedagogia de trabalho pôde ser mais bem definida: os alunos deveriam receber da colônia o que não tiveram da sociedade – a integração pelo trabalho, o respeito dos outros, a vida compartilhada, a alegria, o acesso a atividades artísticas, o desenvolvimento de habilidades, a confiança neles mesmos e nos outros.

Semanas depois, ocorreu outra situação limite: o dinheiro do pagamento dos professores foi roubado da mesa de Makarenko, que fez um apelo ao grupo para que o dinheiro fosse devolvido. As duas situações, especialmente a que Makarenko perdeu o controle (a briga) mostraram ao grupo que Makarenko era um ser humano igual a eles; alguém que podia se comportar da mesma forma que eles se comportavam, alguém que era passível de ter sentimentos de raiva, etc. Além disso, ao apelar para que o dinheiro fosse devolvido, eles tomaram consciência da importância da convivência coletiva e da responsabilidade em face da continuidade do trabalho. O dinheiro apareceu no dia seguinte e os alunos criaram, por iniciativa própria, um tribunal de justiça a partir do qual passaram a julgar os seus conflitos coletivos.

Vê-se, assim, como os valores e a moral nascem da sociabilidade e da necessidade de convivência; da vida cotidiana, em face das necessidades de cada dia, brotaram exigências e valores que passaram a orientar moralmente aquele grupo, inclusive com formas de enfrentamento de seus conflitos. Desse momento em diante, Makarenko partiu para uma nova etapa de sua pedagogia: a fase da solidariedade, visando à criação de uma consciência do nós, necessária ao trabalho coletivo e ao pertencimento à sociedade:

“Nesse momento a noção de ‘nosso’ tomou conta do coletivo formado por educandos e, seguindo as linhas gerais traçadas por Anton Semiónovitch, incorporaram à disciplina já conquistada o processo produtivo de bens materiais. Assim, o trabalho manual foi integrado definitivamente como meio de convívio social no amplo programa de bases socialistas que visava, antes de tudo, a unidade de exigências, o autosserviço, a emulação e a autogestão” (Capriles, 2002, p. 87).

Começa uma fase de organização política da vida na colônia, segundo os princípios socialistas: a escola passou a ser gerida de forma democrática por um coletivo estudantil e por um conselho que se revezava nas chefias de modo a desenvolver a responsabilidade ético-política pelo processo educativo e organizativo do trabalho. Com o tempo, Makarenko transformou a Colônia Gorki em uma unidade de produção autogestionada, com remuneração para o trabalho dos alunos e a criação de círculos artísticos e esportivos, teatro amador, uma banda musical, entre outras atividades.



Clique para
voltar ao
Sumário

TEXTO COMPLEMENTAR 2 - POR UMA MORAL REVOLUCIONÁRIA

“De fato, ‘uma andorinha não faz verão’. É impossível se pensar uma revolução da moral, se ela é estritamente vivida só ao nível do indivíduo. Chamaríamos isso de ‘revolução de apartamento’. Proposta individualista não é proposta revolucionária; é contribuição para a própria manutenção da moral classista. A classe dominante está sempre cooptando aqueles questionamentos que, embora surgindo em âmbito individual, ‘podem ser bom para muitos ou para todos’. É verdade que o questionamento dos valores morais parte, em geral, de indivíduos. Mas suas propostas só chegam a ser verdadeiramente valorosas para a moral quando alcançam um âmbito social.

Assim entendida, esse sentido social de revolução da moral, só a empreendemos de fato quando esta acompanhar uma mudança estrutural da sociedade. Não é uma nova moral que, a priori, vai criar uma nova sociedade; é uma sociedade revolucionada em suas estruturas que vai revelar uma nova moral. Isto de um ponto de vista dialético, ou seja, de interação. Só uma sociedade revolucionária cria condições para uma moral revolucionária. O contrário passa a ser uma espécie de ‘pregação no deserto’, uma pregação de valores que não encontra campo social para sua corporificação.

Entendida a revolução da moral no sentido de uma moral que preceda as condições sociais para sua implantação, estamos, inversamente, caindo num ideal ou numa visão abstrata de moral e não numa visão concreta da mesma. Em outras palavras: entender a moral em suas raízes humanas é entendê-la em suas raízes sociais; entendê-la em suas raízes sociais é entender o mecanismo da sociedade em sua estrutura, em seus fundamentos históricos. Não podemos entrar na casa pelas portas do fundo. E não há como estudar a moral sem fazer do homem seu protagonista. Evidentemente. E não há como estudar o homem sem situá-lo socialmente.

Só uma sociedade que passa por um processo integral de mudanças em suas relações (de produção, de poder...) é que está apta para tornar-se o terreno fértil para novas propostas de moral. E esta nova moral, só na medida em que se encrava nas relações e na estrutura social concreta, é que pode se constituir no que chamamos de uma moral revolucionária. A palavra revolucionária adquire aqui seu sentido etimológico original de revolver (latim), isto é, voltar atrás, às origens, refazer algo, completamente, em suas raízes ou estruturas” (Pereira, 1983).

**Extrato 1**

“A moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética” (Lukács, apud Tertulian, 1999, p. 134)

Extrato 2

“Em todo ato de sua vida, reflita-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre e sem exceções realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo estágio de desenvolvimento do gênero humano” (Lukács, 1979, p. 142). Por isso, o desenvolvimento humano-genérico não ocorre isolado da luta de classes; o gênero é *“um resultado de forças em luta recíproca postas em movimento socialmente; um processo de lutas de classes na história do ser social”* (Lukács, apud Oldrini, 2002, p. 74)

Extrato 3

“São de valor positivo as relações, os produtos, as ações, as ideias sociais que fornecem aos homens maiores possibilidades de objetivação, que integram sua sociabilidade, que configuram mais universalmente sua consciência e que aumentam sua liberdade social. Consideramos tudo aquilo que impede ou obstaculiza esses processos como negativo, ainda que a maior parte da sociedade empreste-lhe um valor positivo” (Heller, 1975, p. 78)

Extrato 4

“A emancipação humana, fim da pré-história da humanidade, exige a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu mundo. Para que

a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie. Nos termos de Marx, assumir de forma consciente e planejada, o controle do destino humano” (Iasi, 2011, p. 59)

Extrato 5

“Para Marx, a liberdade não é o ‘jogo livre’ dos indivíduos que se defrontam no mercado, mas o controle racional da natureza e da vida social pelos homens. O que implica precisamente a abolição da ‘livre concorrência’ e de toda a forma de alienação – quer dizer, do domínio dos homens sobre suas obras e, particularmente, pelo processo de produção. Essa concepção de liberdade também é de Che, para quem a libertação do homem implica concretamente ‘a solução das contradições que conduzem à sua alienação’. É por essa razão que não hesita em proclamar que a mais importante ambição revolucionária é libertar o homem de sua alienação, quer dizer, em primeiro lugar das leis cegas do capitalismo, emancipação que só constitui o primeiro passo para o reino da liberdade [...] Humanidade, justiça, dignidade, liberdade: esses valores clássicos ganham, no interior do humanismo revolucionário de Che, um sentido novo, porque são encarados do ponto de vista do proletariado, da luta de classes, da revolução socialista (Guevara, apud Lowy, 2001, p.52)

Extrato 6

“Todo verdadeiro homem deve sentir na sua face a bofetada dada em qualquer outro homem” (Guevara, apud Lowy, 2001, p. 51)

Extrato 7

“Todo revolucionário tem o dever de ... considerar sempre os grandes problemas da humanidade como problemas pessoais” (Idem)

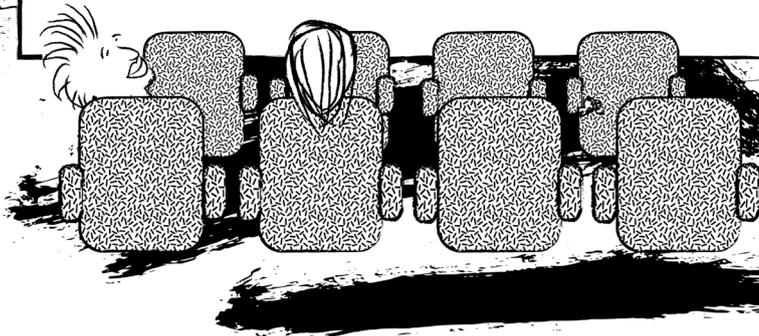
Extrato 8

“A vida humana não tem significado senão depois de ter estado muito tempo a serviço de algo infinito. Para nós, a humanidade é esse infinito” (Guevara, apud Lowy, 2001, p.48)



Clique para
voltar ao
Sumário

PARA ASSISTIR!



Filmes sobre o humanismo e a liberdade

- > **A eternidade e um dia.** Grécia (1998). Direção: Theodoro Angelopoulos.
- > **A liberdade é azul.** Suíça, Polônia, França (1993). Direção: Krzysztof Kieslowski.
- > **Harold and Maude (Ensina-me a viver).** EUA (1972). Direção: Hal Ashby.
- > **O céu que nos protege.** Itália (1990). Direção: Bernardo Bertolucci.
- > **Páginas da revolução.** Itália, França, Portugal (1996). Direção: Sostiene Pereira e Roberto Faenza.
- > **Sonhos.** Japão (1990). Direção: Akira Kurosawa.
- > **Um olhar a cada dia.** Grécia (1995). Direção: Theodoro Angelopoulos.

Sobre a luta de classes e a história

- > **Novecento (1900).** Itália (1976). Direção: Bernardo Bertolucci.
- > **Baaria: a porta do vento.** Itália (2009). Direção: Giuseppe Tornatore.



Clique para
voltar ao
Sumário

CANTA, CANTA...

1. Grândola Vila Morena - Canto de intervenção da Revolução dos Cravos em Portugal, de autoria de José (Zeca) Afonso (RAPOSOS, 1999).

Grândola vila morena
terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade
Dentro de ti ó cidade
o povo é quem mais ordena
Terra da fraternidade
Grândola vila morena
Em cada esquina um amigo
Em cada rosto igualdade
Grândola vila morena
Terra da fraternidade

Terra da fraternidade
Grândola vila morena
em cada rosto igualdade
O povo é quem mais ordena
A sombra duma azinheira
que já não sabia a idade
jurei ter por companheira
Grândola a tua vontade
Grândola a tua vontade
jurei ter por companheira
a sombra duma azinheira
que já não sabia a idade.

2. Pesadelo - música e letra de Mauricio Tapajós e Paulo Sergio Pinheiro (CORTELLA, 2005).

Quando um muro separa, uma ponte une
Se a vingança encara, o remorso pune
Você vem, me agarra, alguém vem, me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
Se a força é tua, ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte
Olha o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós...olha aí
Você corta um verso eu escrevo outro
Você me prende vivo, eu escapo morto
De repente, olha aí eu de novo...

A DESPEDIDA...



Clique para
voltar ao
Sumário

Amora: Agora não tem jeito, acabou mesmo... E eu ainda tenho tantas indagações...

Danúbio: Ainda temos tempo, diga lá, é sobre a última aula?

Amora: É e não é... Na verdade, cada vez que eu leio os textos aparecem novas questões. Fiquei pensando se pode gerar alguma confusão o fato de a ética e de a práxis se objetivarem de forma positiva ou negativa.

Danúbio: Quando você der a última aula, deve lembrar que nossa perspectiva ética é direcionada à emancipação. Assim, quando a práxis ética se objetivar negando essa direção, podemos caracterizá-la como antiética, não como aética.

Amora: Entendo que a distinção não é dada porque existe uma discordância com a nossa visão, certo?

Danúbio: Certíssimo. Mas não se trata de discutir qual ética está certa ou errada; o critério para afirmar que uma práxis é ética ou antiética é dado pela sua afirmação ou negação da própria constituição ontológica da ética. Por exemplo, uma situação de impedimento da liberdade é antiética, porque a liberdade é componente essencial da ética e da práxis. Uma situação aética é impossível, pois implicaria nenhuma objetivação.

Amora: Está bem, mestre. Só mais uma coisa. Alguém pode colocar que a noção de liberdade pode variar e que isso mudaria o julgamento acerca do que pode ser considerado como impedimento à liberdade.

Danúbio: Ótima questão. A realidade não é produzida pelas noções e conceitos teóricos. A liberdade existe concretamente; é resultado de lutas e situações de superação de opressão; é produto da existência de alternativas criadas pelo ser social. Existe uma história da liberdade, objetiva e subjetiva. E seu produto está concretizado na consciência humana e no produto das lutas coletivas e das emancipações, oferecendo parâmetros para esse julgamento de valor, certo?

Amora: Certíssimo. Acho que estou colocando questões para adiar nossa despedida...

Danúbio: Mas não precisamos deixar de nos encontrar. Podemos continuar a refletir, sem prazos e tarefas a cumprir.

Amora: Que bom! Podemos marcar num café, ou quem sabe você me leva para dançar uma valsa...

Danúbio: Adoraria dançar. Mas, de onde você tirou essa ideia de valsa?

Amora: Danúbio Azul... Você me lembra essa valsa...

Danúbio: Desculpe te decepcionar, mas meu nome foi escolhido por minha mãe, que, aliás, detestava valsas. Ela gostava mesmo era do rio Danúbio, onde conheceu meu pai.

Amora: O rio de Budapeste? Espera aí, o que Lukács tem a ver com isso?

Danúbio: É uma longa história. Conto mais tarde...



REFERÊNCIAS



Clique para
voltar ao
Sumário

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2013a. (Col. Biblioteca Básica do Serviço Social, vol. 4).

_____. *Direitos humanos ou emancipação humana?* Revista Inscrita. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, n. 14, 2013b.

_____. *Lukács e a crítica do irracionalismo; elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea*. In: DEL ROIO (Org.). *Gyorgy Lukács e a emancipação humana*. São Paulo: Boitempo; Marília, SP: Oficina Universitária, UNESP, 2013c.

_____. *Reflexões sobre liberdade e intolerância*. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 119, jul./set. 2014.

_____. *Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social*. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 124, out./dez. 2015a.

_____. *Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político*. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 106, abril/jun, 2015b.

_____. *Neoconservadorismo e irracionalismo contemporâneo: fundamentos teóricos e manifestações ídeo-culturais*. São Paulo: relatório de pesquisa, 2015c.

_____. *TERRA, Sylvia Helena. O Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2014.

BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Re-

cord, 1998.

_____. O livro das ignoranças. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. BEER, Max. História do socialismo e das lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora (Col. Biblioteca Básica do Serviço Social, vol. 1), 2006.

BRITES, Cristina Maria (et ali). A extrema direita na atualidade. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 119, jul./set. 2014.

BRAZ, Marcelo. Partido e revolução: 1848 – 1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Orgs.) Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013 (Col. Estado de Sítio).

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CAPRILES, René. Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

CFESS – Conselho Federal De Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília, CFESS: 2011.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. Psicanálise e moral. São Paulo: Educ, 1989.

CORTELLA, Mário Sergio. Não espere pelo epitáfio: provocações filosóficas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

EPICURO. Carte sobre a felicidade (a Meneceu). São Paulo: UNESP, 2002.

ESCORSIM NETTO, Leila. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FREDERICO, Celso. A arte no mundo dos homens. São Paulo: Expressão Popular, 2013. GEPE. Presença Ética I e II. Recife, Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2001, 2002.

GUEVARA, Ernesto. O socialismo e o homem em Cuba. In: O socialismo humanista. Petrópolis: Vozes, 1989.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Moderna, 2005.

HELLER, Agnes. Sociologia de la vida cotidiana. 5ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

_____. O cotidiano e a história. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Hipótesis para una teoria marxista de los valores. Barcelona, Espanha; Grijalbo (Série hipótesis) , 1975.

IANNI, Octavio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, Mauro. Ensaio sobre consciência e emancipação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade ou a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KIRK, Russel. The conservative mind: from Burke to Eliot. Washington, DC: Regenery Publishing, 2001.

KOLLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual. São Paulo: Global, 1979 (Col. Bases, n. 06).

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 52, dez. 1996.

LOWY, Michael. O pensamento de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LUKÁCS, Gyorgy. Estética I: La peculiaridad de lo estético. Barcelona-México: Grijalbo, 1966.

_____. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. El assalto a la razon: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Barcelona, México, DF: Ediciones Grijalbo, 1968.

_____. O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Organização, apresentação e tradução). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. As bases ontológicas da atividade humana. Temas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978.

MAKARENKO, Anton. Poema Pedagógico. São Paulo: Brasiliense, 1986 (vol. I e II).

MARX, Karl. Sobre a questão Judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. Manuscritos económico-filosóficos (1848). Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Col. Os Pensadores).

_____; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MÉSZÁROS, István. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009 (Col. Mundo do Trabalho).

MORAIS, Márcia Marques de. A gula: pecado capital ou pecado social? In: TRANCOSO, Alfeu (Org.). Os sete pecados capitais. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e reificação. 2ª ed. São Paulo: ICP, 2015.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho; NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

_____. Razão, ontologia e práxis. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 44, 1994.

NISBET, Robert. O conservadorismo. Lisboa: Estampa, 1987.

NOVAES, Adauto. (Org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In PINASSI, Maria Orlanda e LESSA, Sergio (org.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo, 2002.

OZ, Amoz. Contra o fanatismo. Lisboa, Porto: Asa Editores, 2007.

PEREIRA, Otaviano. Moral revolucionária: paixão e utopia. Campinas: Papyrus, 1983 (Col. Krisis).

PLATÃO. O banquete. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000 (Dissertação de mestrado).

SÊNECA. Sobre os enganos do mundo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

SIMÕES, Carlos. O drama do cotidiano e a teia da história: direito, moral e ética do trabalho. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 32, 1990.

TERTULIAN, Nicolas. O grande projeto da ética. In: MÉSZÁROS, István. Filosofia, ideologia e ciência social – ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. O grande projeto da ética. In: ensaios Ad Hominem 1. Marxismo. São Paulo: Edições Ad Hominem, 1999.

TRINDADE, José Damião de Lima. Os direitos humanos na perspectiva de Marx e de Engels: emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa Ômega, 2011.

TROTSKY, Leon. Literatura e revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. Moral e revolução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Questões da vida cotidiana e da moral. São Paulo: Edições Causa Operária, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. O valor do socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. Cadernos Ensaio (grande formato). São Paulo: Editora Ensaio, n. 17/18, 1989.

ZAPPA, Regina. Para seguir minha jornada: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-99447-27-7



9 788599 447277



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br



**AMORA E
DANÚBIO**